

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**TRABALHO INFANTIL E A ESCOLA:  
UMA COMBINAÇÃO INVIÁVEL**

  
Prof.<sup>ª</sup> Krystyna Matys Costa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CCE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 07 / 07 / 2003

**MARIA SALETE ROTINI**

Florianópolis (SC), 2003.

**MARIA SALETE ROTINI**

**TRABALHO INFANTIL E A ESCOLA:  
UMA COMBINAÇÃO INVIÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora: Rúbia dos Santos.

FLORIANÓPOLIS (SC), 2003

MARIA SALETE ROTINI

TRABALHO INFANTIL E A ESCOLA:  
UMA COMBINAÇÃO INVIÁVEL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA



Profª Rúbia dos Santos  
Coordenadora da Banca



A.S. Márcia Regina Ferrari  
Coordenadora dos Programas Liberdade Assistida e Prestação  
de Serviços à Comunidade do município de São José



A.S. Adriana Müller  
Profª do Departamento de Serviço Social

Dedico este trabalho ao meu esposo e meus filhos  
que sempre estiveram ao meu lado me  
incentivando e em especial ao meu neto que  
acabou de chegar, Kaio Lapa Rotini

## AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar a Deus pelo Dom da vida, por sempre ter me guiado e iluminado meu caminho e principalmente por ter me dado força e coragem para lutar.

Aos meus pais Antonio e Amália Ziliotto (in memoriam), pelo exemplo de vida, de amor, carinho e dedicação à família. Vocês nos ensinaram muito. Obrigado por vocês terem existido.

Ao meu esposo e companheiro Valdir Rotini, pelo amor, apoio, incentivo, paciência e principalmente por acreditar na minha capacidade.

Aos meus filhos Fabrício, Adriano e Charlene pelo carinho, incentivo e pela compreensão de muitas horas não compartilhadas por estar envolvida nos estudos. Amo vocês.

À minha nora Flávia, sempre muito atenciosa, pela paciência e dedicação.

Aos meus irmãos (as), cunhados (as) e sobrinhos (as) por fazerem parte de minha vida e pelo carinho que nos torna unidos. Agradeço em especial à minha irmã Lorena, que sempre está pronta a me auxiliar.

Às minhas sobrinhas e afilhadas Cristiane e Daiane pela atenção e por acreditarem no meu potencial.

Agradeço em especial a minha supervisora de Estágio e Orientadora Rúbia dos Santos, pela dedicação, carinho e por ter aceitado ser minha orientadora, apesar dos compromissos. Você se tornou uma amiga, pela forma e calma no repasse dos ensinamentos. Obrigada.

À Assistente Social Andréia e a Psicóloga Ana Brasil, profissionais do PETI, que sempre foram muito atenciosas e prontas a nos ajudar.

Às estagiárias que passaram pela Cidade da Criança, Camila e Carla pela amizade e em especial à Maria Madalena, amiga e companheira de todos os momentos.

À Assistente Social Márcia Regina Ferrari, pela amizade e por ter aceitado participar da banca examinadora.

À Assistente Social Adriana Mueller pela gentileza de participar da banca examinadora.

Agradeço a todas as minhas colegas de turma, que durante quatro anos partilhamos juntas de momentos de altos e baixos. Cada uma estará presente na minha memória. À Adriana, Cátia, Francielle e Maria Madalena amigas especiais que encontrei nesta caminhada.

Aos professores do Curso, que contribuíram para minha formação.

Por último, agradeço aos adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que participaram da pesquisa e que foram importantes para desenvolver este trabalho.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo abordar o tema "trabalho infantil", fenômeno que ocorre no mundo inteiro. No Brasil, o trabalho precoce tem como uma das principais causas, a baixa renda familiar, apresentando conseqüências profundas na vida de crianças e adolescentes. Durante décadas houve tentativas e movimentos sociais que mobilizaram a sociedade em favor dos pequenos trabalhadores. A Lei 8.069/90 -Estatuto da Criança e do Adolescente - trouxe avanços no que se refere aos direitos das crianças e adolescentes trabalhadores, ficando proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos. Com apoio de organizações internacionais, o Brasil cria em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que tem por objetivo erradicar o trabalho infantil. O presente estudo, além de apresentar todo um resgate histórico, fundamentado em teorias, focaliza o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município de São José, que se encontra centrado no trabalho com as famílias e não somente com as crianças e os adolescentes. Verificou-se que o trabalho do Assistente Social é extremamente necessário, porque ele atua sobre as questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos usuários do programa. Enfatizou-se principalmente a escola, por ser o trabalho infantil o maior responsável pela evasão escolar. Posteriormente verificou-se através de pesquisa qualitativa, qual é a visão dos adolescentes inseridos no PETI, sobre: o trabalho infantil e a escola. Esta pesquisa tornou possível saber dos próprios adolescentes o que significa para eles o trabalho infantil, a importância de estudar, de participar da jornada ampliada e o que esperam do futuro, entre outros. Neste sentido, foi importante a contribuição dos adolescentes, porque são eles os protagonistas desta história.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1 DIMENSIONANDO O TRABALHO INFANTIL.....</b>	<b>14</b>
1.1 Contextualização Do Trabalho Infantil.....	14
1.1.1 Causas Do Trabalho Infantil.....	19
1.1.2 Consequências Do Trabalho Infantil.....	23
1.1.3 A Família E O Trabalho Infantil.....	27
1.2 Programa De Erradicação Do Trabalho Infantil.....	31
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO JOSÉ.....</b>	<b>38</b>
2.1 Situando O Centro Integrado De Atendimento À Criança, Ao Adolescente E À Família - CIACAF.....	38
2.2 Programa De Erradicação Do Trabalho Infantil – São José.....	44
2.3 A Atuação Profissional Do Assistente Social No Programa.....	49
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE TRABALHADOR E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA.....</b>	<b>56</b>
3.1 Trabalho Infantil X Escola.....	56
3.2 A Visão Dos Adolescentes Com Relação Ao Trabalho Infantil, À Escola E Ao PETI.....	60
3.3 Constatações Dos Adolescentes.....	62
3.4 Análise Dos Dados Da Pesquisa.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93



## INTRODUÇÃO

A Questão Social é resultado das transformações sociais, políticas e econômicas, principalmente ocorridas nos últimos dois séculos. Devido ao desenvolvimento do processo de industrialização e o fim da escravatura, tem início a preocupação com as questões sociais que desencadeiam principalmente na exploração da mão-de-obra da criança e do adolescente.

No Brasil, as condições de vida e a problemática que envolve a criança e o adolescente, começam despertar interesse em alguns setores da sociedade, no final do século XIX e principalmente no início do século XX. Neste período houveram várias tentativas de projetos e leis em favor das crianças pobres que passam a ser compreendidas em situação material e moral de abandono ou como “perigosas” e “ameaçadoras” para a sociedade. Portanto, um problema a ser combatido ou enfrentado.

A causa fundamental do trabalho infantil, consiste, na condição de pobreza de parcela significativa da população, relacionada com a baixa renda familiar. Cabe neste momento ressaltar que no modelo econômico capitalista, os fatores econômicos serão os principais determinantes da utilização da mão-de-obra infantil.

A partir dos anos 80, a situação da infância passa a ser motivo de maior atenção não só do Estado, mas também da sociedade que se organiza e exige transformações sociais urgentes. Com a nova Constituição da República e a aprovação da Lei 8.069/90, denominada – Estatuto da Criança e do Adolescente - as crianças e os adolescentes passam a dispor de um conjunto de normas protetivos em função de sua condição especial de pessoa em desenvolvimento.

A proposta deste trabalho de conclusão de curso surgiu a partir da prática de estágio curricular obrigatório para a graduação do curso de Serviço Social da UFSC,

realizado no Programa de Erradicação do trabalho Infantil do município de São José, no período de setembro de 2002 a fevereiro de 2003.

A partir da experiência de estágio e de subsídios teórico-metodológicos obtidos no curso de Serviço Social, pode-se observar a prática realizada nesta instituição voltada a atender crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, o que despertou a necessidade de conhecer melhor a realidade dos adolescentes trabalhadores.

Para que o presente estudo alcance seus objetivos, o mesmo foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo são apresentadas questões relativas à contextualização histórica do trabalho infantil, suas causas e conseqüências. Na seqüência, apresenta-se uma análise sobre a família e o trabalho infantil, bem como, a trajetória das lutas para a eliminação do trabalho infantil e a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

No segundo capítulo, descreve-se a respeito da trajetória histórica do atendimento prestado às crianças e adolescentes do Município de São José, dando ênfase especial ao Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família – CIACAF, bem como a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Dá-se ênfase também a atuação do Assistente Social no PETI, que tem como objetivo contribuir na consolidação do processo emancipatório das famílias atendidas, realizando um trabalho multidisciplinar junto aos demais profissionais de outras áreas.

O terceiro capítulo trata da discussão referente ao estudo teórico: a respeito do trabalho infantil X escola. Posteriormente descreve-se a metodologia que será utilizada no desenvolvimento da pesquisa com adolescentes inseridos no programa, buscando através de suas informações saber o que representa para eles: o trabalho infantil, a escola e o programa. Como contribuição deste trabalho, apresenta-se uma análise sobre a visão dos adolescentes, referente às questões acima mencionadas.

Para finalizar, serão apresentadas também as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas na realização deste trabalho.

## CAPÍTULO I

### I DIMENSIONANDO O TRABALHO INFANTIL

O presente capítulo contempla uma reflexão literária referente ao trabalho infantil, sendo visto com um fenômeno existente em toda à parte do mundo variando apenas de intensidade e gravidade, dependendo do lugar aonde se desenvolve, haja visto que é um fenômeno que ocorre também nos países ricos, mas que encontra sua maior forma de expressão nos países de terceiro mundo ou em desenvolvimento.

Em seguida, são englobados alguns fatores determinantes para a inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho, bem como as conseqüências acarretadas ao longo de suas vidas. Aborda-se também a família, uma vez que não é possível analisar o trabalho infantil fora do contexto familiar, e, para finalizar, a trajetória das lutas para a eliminação do trabalho precoce e a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

#### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Na história da humanidade, pode-se perceber que o trabalho infantil existe desde as sociedades primitivas, onde a criança trabalhava com intuito de aprendizagem, de preparação para o futuro e colaborava na produção familiar. O trabalho era desenvolvido na agricultura, sem exploração e segundo a capacidade física do indivíduo, proporcionando ao mesmo a convivência com os adultos, e adquirindo por conseqüência, conhecimento com gerações mais experientes. Porém, ainda assim, a criança era vista como um trabalhador.

A partir do século XIX, com o desenvolvimento do processo de industrialização e com o fim da escravatura, houve a aceleração da formação urbana, devido ao grande êxodo rural, e com isso, a preocupação com as questões sociais, tornaram-se evidentes, principalmente em relação à criança e ao adolescente que começam ser explorados e utilizados como mão-de-obra.

Segundo Silva (2002 p.152) o trabalho infantil teve sua ampliação na Europa no século XIX, onde o processo de produção anterior a Revolução Industrial era realizado somente por homens, porque era preciso efetivar as atividades de forma braçal e como as mulheres, as crianças e adolescentes eram considerados frágeis, o trabalho ficava estritamente direcionado aos homens.

Porém, o trabalho feminino bem como de crianças e adolescentes tornaram-se mais amplo com o surgimento das máquinas. A mão-de-obra destes, era muito utilizada pelos donos de produção que pagavam um valor muito inferior ao que seria pago a um adulto. O trabalho das mulheres, de crianças e adolescentes era somente mão-de-obra barata, sendo um ótimo negócio aos donos de produção. Como salienta CARDOSO (2000, p.11).

As crianças e os adolescentes eram inseridos no ambiente das fábricas em condições de desvantagem recebendo salários inferiores ao dos adultos do sexo masculino, mesmo nos casos de exercício de igual função. As atividades que realizavam nas fábricas eram consideradas como aprendizagem e não como trabalho, isto é, como um favor.

A maioria das crianças e adolescentes que trabalhavam, não tinham liberdade de escolher entre trabalhar ou não. Aqueles que pertenciam às famílias bem sucedidas, o trabalho era visto como oportunidade, onde além de buscar uma forma de realização pessoal, também adquiriam mais vantagens econômicas, enquanto os filhos de operários encontravam no trabalho uma alternativa de auxílio de renda familiar.

No final do século XIX e começo do século XX, a história das condições de vida e a problemática que envolve a criança brasileira, começa a despertar interesse em alguns

setores da sociedade. Devido aos grandes contingentes populacionais que após a abolição da escravidão e início da industrialização passam a se deslocar para os principais centros urbanos a procura de melhores oportunidades, fazem com que as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro experimentem um intenso crescimento demográfico.

Este processo de urbanização acelerado em consequência do processo de industrialização trouxe consigo vários problemas sociais, tais como: falta de habitação; aglomeração de residências de trabalhadores próximos das fábricas; famílias inteiras e numerosas residindo em pequenos quartos de habitação coletiva, sem iluminação, sem ventilação e com falta de higiene; falta de água e saneamento; transporte insipiente e caro; alta taxa de mortalidade infantil; epidemia; subnutrição; falta de serviços públicos; mendicância; aumento de criminalidade (CARDOSO, 2000 p.10).

No entanto, as cidades passam a oferecer novas oportunidades de ascensão de trabalho para uns, mas para outros, a exclusão do mercado de trabalho, restando-lhes trabalhos precários, esporádicos e a mendicância. O baixo rendimento familiar, a carestia dos alimentos e da habitação aliado a uma oferta de emprego preferencial para a mulher e a criança, sobretudo na indústria têxtil, leva famílias inteiras ao trabalho para o aumento de sua renda.

Segundo Cardoso (2000, p. 11), a ocupação de quase todos os membros da família operária nas fábricas, os pequenos espaços para as residências, a falta de creches, de educação gratuita e a pobreza das famílias, deixam as crianças expostas ao abandono, a mendicância e as ruas “sujeitas aos perigos da vagabundagem” ou as impulsiona para o mundo do trabalho sob o pretexto de evitar sua ociosidade.

Por outro lado, devido às más condições de trabalho nas fábricas, as crianças eram vítimas constantes de acidentes por lidarem com equipamentos perigosos e executarem tarefas incompatíveis com sua idade. O esforço excessivo, a disciplina e a atenção requeridas na rotina do processo de trabalho produtivo exigia das crianças um amadurecimento precoce. Além disso, trabalhavam em horário noturno e sem descanso

semanal e a jornada de trabalho diária era ininterrupta e de 12 (doze) horas, às vezes com dois turnos de igual número de horas.

Os ambientes de trabalho eram inadequados improvisados para a exploração industrial, sem iluminação, ventilação, espaços e propícios ao desenvolvimento de doenças. O regime disciplinar rigoroso dentro das fábricas impunha as crianças e aos adolescentes castigos, maus tratos físicos, humilhações e abusos (CARDOSO, 2000, p.11).

A exploração de mão-de-obra infantil no interior das fábricas, ligada ao crescente número de crianças e adolescentes nas ruas, como parte da população excluída do mercado de trabalho, em situação de mendicância, ociosidade e “delinqüência” desperta diferentes opiniões e concepções nos religiosos, filantropos, educadores e policiais sobre a condição de vida das crianças pobres e da necessidade de manter a ordem pública.

A criança pobre passa a ser compreendida como em situação material e moral de abandono ou como perigosa e ameaçadora para a sociedade. Para CARDOSO (2000, p.12), o trabalho infantil era visto por uns, “como elemento de prevenção, de formação e de reabilitação, logo uma solução para evitar sua degeneração moral”, e para outros, o trabalho infantil era um “delito social”, pois privava a criança de educação e levava seu organismo ao esgotamento progressivo e impedia o aumento dos salários dos adultos, portanto um problema a ser combatido.

Em 1912, as crianças e adolescentes representavam 30% do total de trabalhadores na indústria. Já em 1919, eles respondiam a 40% do total dos ocupados na indústria e 66,7% do setor têxtil (CARDOSO, 2000 p.11).

Nessa época a luta por melhores condições de trabalho e pela proibição do trabalho infantil começa a gerar vários conflitos, e os trabalhadores começam a organizar-se e mobilizar-se, causando preocupação aos governantes.

Após várias tentativas de projetos e decretos em favor das crianças e dos adolescentes, em 1927 é criado o Código de Menores, extremamente minucioso em seus

231 artigos. Uma das mais importantes contribuições deste código foi à regularização do trabalho infantil e juvenil. “O trabalho de crianças menores de 12 (doze) anos foi proibido e se criaram restrições rigorosas em relação a horário, locais e pessoas que os empregassem” (SOUZA, 1998, p.44).

Na década de 30, com governo de Getúlio Vargas houve um abrandamento das penalidades para os menores e uma ênfase na assistência, através da criação de vários órgãos nacionais e com representações estaduais e municipais como, por exemplo a LBA, ou o Departamento Nacional da Criança [...] a compreensão de que a o problema da infância não era só uma questão jurídica parece se constituir no salto qualitativo da década de 30 em diante (SOUZA, 1998, p.45).

As transformações com a instalação do governo de Vargas incidiram diretamente sobre a questão da infância e da adolescência, como parte importante do projeto de reformulação do papel do Estado. Neste sentido, a “conotação jurídica implícita na descrição do problema de menores, cede espaço para a caracterização de cunho social da infância e da adolescência” (RIZZINI, 2000, p.45).

A infância juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhe condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento de suas faculdades [...] e cria ao Estado o dever de provê-las de conforto e dos cuidados indispensáveis à sua preservação física e moral. Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação de sua prole (RIZZINI, 2000, p. 44 e 45).

Em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas, destinou-se em seu capítulo IV, a Proteção do Trabalho do Menor, com o objetivo de centralizar em uma única legislação o disciplinamento do trabalho da criança e do adolescente. “A atribuição desta consolidação veio ampliar o conceito de “menor” que a partir daí passou a envolver todos os trabalhadores com idade entre doze e dezoito anos” (CUSTÓDIO, 2000, p.48).



Nas décadas de 40 e 50, observa-se clara mudança de enfoque na compreensão do já familiar “problema do menor” e o esforço centralizado no sentido de melhorar as condições de vida do trabalhador resultou em benefícios sociais importantes para a população, repercutindo positivamente sobre a situação da infância. Todavia, não conseguiu “vencer o contingente de excluídos, resultante do sistema capitalista concentrador de renda e das distorções administrativas que sempre caracterizaram a política brasileira” (RIZZINI, 2000, p.53).

Com o passar dos anos, pode-se observar que o trabalho infantil ainda representava um problema para a sociedade. Na década de 70 (setenta) os membros da família operária estavam quase todos ocupados nas fábricas e as crianças e os adolescentes que não eram absorvidos pelo trabalho, ficavam no abandono e entregues a “vagabundagem” pelas ruas, passando a se constituir como elemento de ameaça para a manutenção da ordem social.

Todo esse processo representava um problema social para o movimento operário, para os profissionais e para os formadores de opinião, pois as crianças e adolescentes estavam expostos à exploração desumana, com salários baixos concorriam com a mão-de-obra adulta, sofriam freqüentes acidentes, contraíam doenças, morriam no trabalho e, sobretudo, eram maltratados pelos supervisores hierárquicos, sendo que o trabalho dos filhos pequenos não levava à superação da pobreza da família.

Ao longo do período relatado, existiram movimentos sociais em defesa da criança trabalhadora que tinham como objetivo fazer cessar a exploração do trabalho dos menores, sendo criadas algumas leis de proteção, que infelizmente não foram viabilizadas.

### 1.1.1 Causas do Trabalho Infantil

Existe relação estreita entre o trabalho infanto-juvenil e a renda familiar, pois através do estudo de dados do ano de 1990 demonstrou-se que a “taxa de atividade das crianças de 10-14 anos de idade era de 23% entre as famílias pobres, e de apenas 4,5% entre aquelas com rendimento familiar per capita acima de dois salários mínimos” (RIBEIRO, 2000, p.23).

Diante destes dados, pode-se afirmar que a inserção precoce de crianças no mercado de trabalho está estritamente relacionada com a baixa renda familiar, ou seja, a pobreza. Evidentemente, no modelo econômico capitalista, os fatores econômicos serão os principais determinantes da utilização da mão-de-obra de crianças e adolescentes. Cervini & Burger (1991, apud Custódio, 2002, p.19), afirmam:

É bastante aceita a idéia de que as dimensões, as condições e o conteúdo do trabalho infantil dependem de duas ordens de macrofatores (...): a pobreza, que obriga as famílias a adotar formas de comportamento que incluem a oferta de mão-de-obra de seus filhos menores de idade; a estrutura do mercado de trabalho, que oferece espaços apropriados à incorporação desse contingente específico de mão-de-obra. Esses dois conjuntos de fatores operam através das preferências e dos comportamentos de duas unidades de decisão: a família e a empresa.

A causa fundamental de todo o trabalho de crianças e adolescentes num país periférico como o Brasil consiste, com certeza, na condição de pobreza de parcela significativa da população combinada com um conjunto de outros fatores.

A pobreza pode ser “entendida como dificuldade ou impossibilidade de acesso aos bens e serviços considerados como básico por uma sociedade em um determinado tempo” (CUSTÓDIO, 2002, p.21). Mas a pobreza também pode ser compreendida como reflexo e resultado de políticas econômicas e sociais que geram e reproduzem as condições de desigualdade social, concentrando a riqueza num pequeno número eletizado da população.

O trabalho precoce está ligado a este processo que resulta num quadro social em que as crianças e os adolescentes são estimulados a trabalhar desde muito cedo, pois o motivo maior, é a possibilidade de alívio da miséria e a satisfação das necessidades

essenciais. Por isso, qualquer remuneração, por mais baixa que seja, é recebida com muita satisfação, pois significa a possibilidade imediata de superar a fome. Neste sentido, quanto maior for a pobreza da família, mais cedo esta se vê obrigada a colocar seus filhos mais novos para trabalhar e garantir a sobrevivência da mesma.

Arruda (1997, apud Custódio, 2002, p. 20), destaca:

Na conjunção de valores entre o ingresso das crianças e adolescentes na escola ou no trabalho, este tende a prevalecer, pois responde a uma necessidade inadiável para o contexto familiar em questão [...] A noção de país em desenvolvimento implica, necessariamente, melhorias de condições de vida para a maioria da população o que não condiz com a realidade de crianças que precisam abandonar a escola por força de premente necessidade de luta pelo alimento.

Outro aliado importante na manutenção e legitimação do trabalho precoce é a mão-de-obra barata, atrativo importante para as empresas, especialmente em época de crise. O fato de parcela significativa de crianças e adolescentes aceitarem trabalho por uma remuneração muito menor do que seria paga a um adulto para realizar a mesma atividade, estimula muitos empregadores a preferirem este tipo de mão-de-obra. Tornam-se atrativos, também para o mercado de trabalho, “o fato de crianças e adolescentes apresentarem uma mão-de-obra submissa e indefesa, sem qualquer poder de negociação para exigir melhores condições de trabalho e de participar dos sindicatos” (CUSTÓDIO, 2002, p.26).

Há de se considerar que para a família carente de recursos, a necessidade mais urgente é ganhar o necessário para poder sobreviver e as demais necessidades serão satisfeitas somente na medida do possível.

Apesar dos fatores econômicos apresentarem-se como os principais determinantes do ingresso precoce no mercado de trabalho, outro fator importante é a questão cultural e tradicional existente na família, seja com aspecto educativo ou moralizador.

Pinto (1997, apud Custódio, 2002, p.22), registra que:

Um outro fator que tem contribuído muito para o aumento da existência do trabalho infanto-juvenil é também a cultura, que valoriza o trabalho e “quanto mais cedo melhor”. Tanto os pais quanto os empregadores e

gestores da rede pública, ainda possuem a visão antiga, mas que predomina ainda hoje, que o trabalho é importante para as crianças e jovens. Não percebem, com isso, da agressão que é submeter a criança ao trabalho precoce, pois a preocupação final, escamoteada por um discurso assistencialista, é o lucro...

Nos países menos desenvolvidos, como é o caso do Brasil, ainda é muito normal a tradição das crianças não ingressarem na escola e começarem trabalhar em idade precoce, especialmente no meio rural. Ao contrário do que acontece nas unidades urbanas, o trabalho precoce no meio rural é independente do grau relativo de pobreza das famílias.

“Crianças e adolescentes formam um exército de três milhões entre os quinze milhões de trabalhadores rurais existentes no Brasil, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT)” (NEVES, 1999, p.28).

Alguns autores ressaltam que não apenas o nível de rendimentos familiar leva a criança ao trabalho precoce, mas que o nível educacional dos pais é um fator determinante do bem estar futuro da criança. Cervini & Burger lembram que, “o nível educacional dos pais tem uma influência sobre a educação dos filhos até maior que seus rendimentos”.

Considerando que quando o grau de escolaridade dos pais não é muito grande, tornam-se estes, exemplos para os filhos que acreditam que o trabalho seja mais importante que o estudo. Neste sentido Santos (2000, apud Silva, 2002, p.19), lembra que:

[...] a criança que trabalha quase sempre o faz em detrimento à escola, o que gera um adulto com baixa qualificação e que encontrará maiores dificuldades de competir no mercado de trabalho. Com isso, passa a viver sob a sombra do desemprego e, muitas vezes, termina por introduzir seus próprios filhos precocemente no trabalho com a finalidade de ajudar a garantir o sustento da família.

Um outro dado importante refere-se ao fato de que a própria sociedade acredita que quando a criança e o adolescente trabalham, não correm o risco de cometer delitos.

Por fim, resta ressaltar que o trabalho infantil resulta de fatores múltiplos. A pobreza crescente das populações do Terceiro Mundo é apontada como a causa principal,

seguida da deficiência do sistema educacional, da dificuldade de controle e aplicação das leis de proteção ao trabalho de adolescentes menores de 14 (quatorze) anos, das vantagens econômicas que essa mão-de-obra traz a quem dela utilizar.

A esses fatores soma-se a indiferença dos poderes públicos que consideram a existência de legislação específica o suficiente para impedir o trabalho dessa população; dos pais que consideram o trabalho preferível à escola; dos organismos sindicais que se omitem por tratar-se de setores não organizados da economia; da população em geral que tende a naturalizar tal fenômeno. (Oficina de Idéias-Fundação Djalma Guimarães/CBMM)

#### 1.1.2 Conseqüências do Trabalho Infantil

O trabalho dignifica o homem e deve ser considerado um instrumento de realização. No entanto, o trabalho precoce priva a criança de seu direito à educação, ao convívio familiar, à saúde e ao lazer (Trabalho Precoce, Saúde em Risco, 2000, p.7).

“O trabalho precoce tem conseqüências complexas que atuam sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente e sobre o núcleo familiar que proporcionará também a reprodução do ciclo interacional de pobreza” (CUSTÓDIO, 2002, p.31). Os principais problemas que afetam as crianças e adolescentes surgem geralmente da situação de vulnerabilidade em que vivem, sendo que o trabalho precoce, afeta diretamente o desenvolvimento físico, psíquico e biológico.

O trabalho precoce compromete o desenvolvimento físico e psíquico, porque a criança e o adolescente são seres ainda em formação, portanto, com organismos mais sensíveis aos elementos agressivos. “A criança que trabalha é submetida às mesmas

disciplinas exigidas do adulto, com cumprimento da jornada, dedicação, responsabilidade, objetivos e metas” (M.T.E, 2000, p. 14).

Geralmente, as condições de vida da criança que trabalha são muito deficientes, pois são submetidas a trabalhos precários, sem instalações ou estruturas adequadas, contribuindo assim, para o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Pelas péssimas condições de vida e a realização de longas jornadas de trabalho em espaços físicos nocivos, o trabalho precoce tende a provocar um maior número de doenças infanto-juvenis e deficiências sérias no desenvolvimento da criança e do adolescente.

Por serem naturalmente frágeis, as crianças que são expostas aos riscos do trabalho, freqüentemente são acometidas, por: dores de cabeça, resfriados, problemas de visão e infecções pulmonares. Filho (2000, p.30) salienta:

Como consequência das condições de vida extremamente insatisfatórias, as crianças e adolescentes que trabalham têm como características o retardo no desenvolvimento pondero-estatural, desnutrição proteico-calórica, fadiga precoce, maior ocorrência de doenças infecciosas (gastrointestinais e respiratórias) e parasitárias. Estes prejuízos são agravados pelas condições de trabalho, que leva a formação de adultos com menor capacidade de trabalho e aumentando o contingente de trabalhadores incapazes parcial ou totalmente para o trabalho.

O trabalho precoce provoca muitos prejuízos ao desenvolvimento físico decorrentes de “tarefas nocivas, como carregamento de peso excessivo e postura inadequada acarretam deformações corporais e debilidades físicas, interferindo na estrutura óssea, no peso e na altura” (T.E.M, 2000, p.15).

São constatados que os trabalhos realizados em ambientes externos, como o trabalho rural, onde as crianças e adolescentes se expõem a difíceis condições climáticas existe o aumento de infecções, como: tétano, desidratação, queimaduras solares, entre outros. Somando-se a estes, outros riscos do trabalho precoce na agricultura são devidos ao uso de ferramentas cortantes; transporte em veículos sem segurança; possibilidade de picadas de animais peçonhentos; manuseio de máquinas e equipamentos em más condições; manipulação de agrotóxicos; exercícios físicos excessivos e inadequados e excesso de jornada de trabalho (M.T.E. 2000, p.9).

O que fica evidente é que o trabalho precoce afeta os pequenos trabalhadores que geralmente não consomem calorias suficientes e apresentam deficiência de proteínas, cálcio e vitaminas. Com uma alimentação pobre, trabalhando em condições precárias e uma vez, desnutridos, não tem condições de desenvolvimento, porque “criança é um ser com menor força e resistência e com isso envelhece prematuramente, sem haver amadurecido como pessoa humana” (CUSTÓDIO, 2002, p.34).

As conseqüências psicológicas do trabalho precoce são outro aspecto importante a ser considerado, pois a introdução de crianças e adolescentes no mercado de trabalho “gera a ruptura entre maturidade, responsabilidade e força, com a perda de uma etapa fundamental da vida. Significa tornar-se adulto antes do tempo, o que altera o desenvolvimento da identidade e da personalidade” (M.T.E. 2000, p.14).

As responsabilidades ligadas ao trabalho provocam a perda das feições alegres, fundamentais para o desenvolvimento de uma infância saudável e equilibrada. Nesse sentido Lima (2000, apud Custódio, 2002, p.36), anota:

[...] o fato de trabalhar e ter de submeter-se, inibe seus anseios naturais de brincar e expressar seus desejos e interesses. Como o brincar cumpre na infância um papel muito maior do que a busca do prazer e diversão, fornecendo a oportunidade de reviver, entender e assimilar os mais diversos modelos e conteúdos das relações afetivas e cognitivas, e como passa a temer ser punida por expressar-se livremente, ocorre um empobrecimento tanto no que se refere à sua capacidade de expressão quanto de compreensão.

A criança trabalhadora é obrigada a bloquear a espontaneidade, a liberdade e o controle rígido que estimulam o processo de desenvolvimento harmônico e passa a se auto-reconhecer como um trabalhador adulto, prejudicando sua própria identidade infantil. Segundo Rizzini, isso acontece, pelo fato de a instituição pretender ocupar o lugar da família, ocultando sua situação social e levando-a ao silêncio e à submissão.

O trabalho precoce compromete profundamente o desenvolvimento físico, psíquico e biológico da criança e adolescente, pois esta etapa deveria ser tratada com especial

atenção, uma vez que, determina uma série de arranjos necessários futuramente para o pleno exercício das potencialidades humanas na fase adulta. O trabalho precoce também tem efeitos que podem ser avaliados unicamente em longo prazo como as condições de reprodução da própria força de trabalho (CUSTÓDIO, 2002, p.37).

A inserção precoce do trabalho de crianças e adolescentes tem um impacto significativo, porque quando uma criança ingressa no mercado de trabalho, provavelmente irá realizar uma atividade que poderia ser de um adulto, e em muitos casos, de seus próprios pais.

É necessário considerar que o processo pelo qual o trabalho precoce se desenvolve reproduz um ciclo vicioso de pobreza, levando as crianças e adolescentes aos mesmos baixos padrões de vida de seus pais.

Os baixos índices de renda familiar na sociedade brasileira são determinados devido aos baixos índices de educação. Segundo Custódio (2002, p.40), o evidente impacto do trabalho precoce na educação reduz as possibilidades de ascensão profissional no futuro, onde grande número de crianças e adolescentes irá passar boa parte da vida nos fragmentos mais baixos da população, submetidos sempre aos trabalhos de nível inferior ou ao próprio desemprego.

É importante lembrar, que as crianças e adolescentes que ingressam precocemente no trabalho deixam de freqüentar a escola por não terem condições de conciliar “trabalho e escola” e principalmente, pela falta de condições físicas, após a jornada de trabalho.

Além da exclusão da criança e do adolescente trabalhador dos bancos escolares, existe um grupo significativo com defasagem escolar, quando relacionados série e idade. As horas exigidas de trabalho, a dificuldade de freqüência escolar estimula o abandono da escola antes da conclusão da escolaridade de nível fundamental.



### 1.1.3 A Família e o Trabalho Infantil

A família é uma pequena sociedade humana, cujos membros têm contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada. É ela uma estrutura social tão antiga quanto à própria humanidade. Falar sobre o tema família é uma tarefa complexa, uma vez que não existe mais um modelo específico de família.

Assim, a família pode ser entendida como: “uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos” (SZYMANSKI, 2002, p.9).

Pode-se dizer também que, a família é uma construção humana que se consolida, se modifica, se transforma sobre a influência recíproca com o meio social, pois a família é um fato cultural, historicamente construído (RIBEIRO, 1999, p.8).

Por ser a família algo que se modifica e se transforma, nota-se que anterior a Revolução Industrial, as formas de relação familiar se caracterizavam como famílias de parentesco extenso, por serem formadas por grandes grupos, compostos por outros membros que não fossem somente pai, mãe e filhos. Faziam parte também da estrutura familiar, tios, avôs e primos e todos trabalhavam, produziam e residiam juntos.

Porém, com as mudanças decorrentes da sociedade industrial, a família considerada de parentesco extenso sofre um processo de dissolução, dando lugar à família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, sem a inclusão de parentes e este tipo de relação familiar é o que predomina nos dias de hoje.

Em geral, a família nuclear de décadas passadas, apresentava suas funções bem definidas, onde o amor materno, a figura da mãe abnegada era dedicada ao lar, auxiliando e educando os filhos e estes se mantinham sob a guarda dos pais, estudando até completar

maioridade, quando chegava o momento de seguirem em busca de seus ideais. O pai como provedor, era encarregado através de seu trabalho de providenciar o sustento da casa.

Com as mudanças sociais ocorridas no século XX, houve uma transformação nas nossas instituições sociais e econômicas. Diversos autores, não entendendo que a instituição familiar irá acompanhar o movimento da sociedade, começam a prognosticar o caos e a crise sem precedentes da família.

Os valores conjugais vão alterando-se. A falta do casamento religioso ou mesmo o casamento legal não são impeditivos para uma união estável. A união por toda a vida é apenas uma das possibilidades [...] a saída da mulher do espaço privado, em decorrência de toda uma infra-estrutura construída socialmente (as creches, as escolas, as máquinas para facilitar os trabalhos domésticos). O movimento feminista, associado aos demais movimentos sociais das minorias raciais, evidenciam que o modelo de família conjugal moderno está em crise (RIBEIRO, 1999, p.12).

A crise familiar é decorrente dos desgastes ocasionados por estratégias de sobrevivência, onde as famílias vêm sofrendo prejuízos que se refletem no ambiente doméstico, sendo que dessa situação se origina os conflitos familiares, situação em que os membros mais atingidos são as crianças e os adolescentes. Sabe-se que o desenvolvimento da criança e do adolescente está diretamente influenciado pela somatória de condições internas e externas ao seu meio e a uma série de acontecimentos. Existem crianças e adolescentes negligenciados no meio familiar e o prejuízo causado por esta situação, influencia e pode interferir no seu desenvolvimento psico-social.

Devido a tantas peculiaridades, transformações e certas manifestações que ocorrem na infância e adolescência, é essencial o convívio num ambiente familiar favorável para seu melhor desempenho. Nesse sentido, alguns autores destacam que a estrutura familiar, tem um papel fundamental para o futuro da criança e do adolescente. Para Szymanski, (1999, p.7), a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de

desenvolvimento e proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou forma como vêm se estruturando.

No Brasil, a questão da família tem sido historicamente relegado a um plano secundário, na evolução das lutas sociais. Na década de 1980, por ocasião da Assembléia Constituinte todos os movimentos sociais se mobilizaram para incluir no novo texto seus pleitos de reivindicações. Porém, nenhuma força importante apresentou propostas em nome de um movimento de organizações familiares. “As conquistas que mudaram a face da questão familiar na Constituição foram apresentadas pelos movimentos em favor da mulher e a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente” (COSTA, 1995, p. 21).

As lutas feministas junto aos legisladores constituintes resultou numa nova definição Constitucional de família “tornando-a mais inclusiva e sem preconceitos; a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal; a consagração do divórcio; a afirmação do planejamento familiar como livre decisão do casal [...] (COSTA, 1995, p. 21).

Mesmo com os avanços da Constituição não é difícil perceber que a importância do trabalho com as famílias é considerado na maioria das vezes periférico, e quando existe não é a família o alvo principal, mas sim a mulher, o trabalhador, a criança.

Neste sentido Costa (1995, p.25) afirma:

Mais do que criar uma nova legislação, o que se deve fazer é melhorar substancialmente, a posição da família na agenda da implementação da legislação social já existente. Promover a família nas políticas públicas significa enfatizar as ações a seu favor na implementação das Leis Orgânicas da Saúde e da Assistência Social, do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e lutar pela aprovação e implantação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Pelas alterações significativas que estão ocorrendo nas esferas: econômica, política e social, as famílias de hoje vem sofrendo um processo de deterioração, que fatalmente

poderia identifica-la como modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares.

Pode-se observar que as famílias de camadas médias e as de camadas baixas tendem a se organizar apregoando diferentes “modelos” de família, “especialmente nas regiões metropolitanas, onde a maioria da população vive confinada em cortiços, favelas e casas precárias das periferias, excluídas não apenas do acesso a bens e serviços, mas também do usufruto da própria cidade” (CARVALHO, 1993, p.96).

A convivência familiar entre os pobres é garantir a duras penas a sobrevivência material e afetiva, e esta tende a se agravar cada vez mais nestas famílias, fazendo com que pais desempregados busquem alternativas de sobrevivência, a exemplo do ingresso no mercado informal, para prover o sustento da família, desenvolvendo muitas vezes atividades de baixa remuneração e sem garantias trabalhistas. Assim, a criança e o adolescente são estimulados a trabalhar ainda muito cedo para garantir as necessidades essenciais e a sobrevivência familiar.

Ferrari e Kaloustian (1995, p. 13), salientam:

Por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial. Quando esta existe, é inadequada, pois não corresponde às necessidades e demandas para oferecer o suporte básico para que a família cumpra, de forma integral, suas funções enquanto principal agente de socialização dos seus membros, crianças e adolescentes principalmente [...].

Não resta dúvida de que o bem-estar das crianças e dos adolescentes se encontra diretamente relacionada à possibilidade de manterem um vínculo familiar estável. A promoção e o apoio às famílias, sobretudo àquelas em situação mais vulnerável e o reconhecimento das mesmas enquanto objeto de políticas públicas, constitui-se em fatores decisivos na busca de objetivos prioritários do desenvolvimento humano, tais como:

eliminação da pobreza, o acesso à saúde, a educação e a alimentação, a erradicação do trabalho infantil, entre outros.

Para que sejam concretizados estes objetivos, é indispensável à atenção à família, através de políticas públicas adequadas, sendo um dos fatores condicionantes das transformações as quais a sociedade brasileira aspira e um dos eixos fundamentais da política para a criança e o adolescente.

## 1.2 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Para analisar o trabalho da criança e do adolescente no Brasil hoje, é preciso recuperar um pouco o processo histórico.

A partir dos anos 80, a situação da infância passou a ser motivo de maior atenção não só do Estado, mas também da sociedade que se organizava e exigia transformações sociais urgentes.

“Surgem nessa década de luta pela democracia da sociedade brasileira vários movimentos sociais em defesa dos índios, mulheres, negros, sem terra, sem teto, contra carestia, por melhorias nos bairros de periferia, pelas eleições diretas e pela instalação da Assembléia Constituinte” (CARDOSO, 2000, p.13). Com a organização também do Movimento de Defesa do Menor, o Movimento Criança Constituinte, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e a Pastoral do Menor e diversos outros movimentos é que a Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 1988 e incorporou uma série de garantias destinadas a crianças e adolescentes.

Com a nova Constituição e a aprovação da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças e adolescentes passaram a

dispor de um conjunto de normas protetivos em função de sua condição especial de pessoa em desenvolvimento.

À propósito a Constituição Brasileira em seu art. 227 dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Este conjunto de direitos foi garantido com a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que por sua vez revogou o Código de Menores e a Política Nacional de Bem Estar do Menor, e com base na Declaração Universal dos Direitos da criança, visou garantir proteção integral à criança e ao adolescente.

A promulgação da nova Constituição restabeleceu o limite da idade mínima para o trabalho em 14 (quatorze anos), ressaltando a possibilidade de aprendizagem que poderia ser realizado já a partir dos 12 (doze anos). Contudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, constituído mediante a atuação e debate de setores representativos da sociedade civil, por quase dez anos, “trouxe uma nova visão para o universo infanto-juvenil, tendo por fundamento de que crianças são sujeitos de direitos e, também, propõe uma série de diretrizes que ensejam radicais mudanças em muitos campos” (CUSTÓDIO, 2002, p.45).

Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente dedicou um capítulo ao Direito à Profissionalização e a Proteção ao Trabalho, sendo que em seu art. 60 pode-se verificar que “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”.

Desse modo, ficou determinado o limite de idade mínima básico para a admissão em trabalho ou emprego em dezesseis anos e a fixação deste limite implica uma proibição ao desenvolvimento de todo e qualquer tipo de atividade laboral abaixo dessa idade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente incorporou já na sua formulação os princípios protetivos da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho -OIT- a qual indica que o egresso prematuro de crianças e adolescentes no mundo do trabalho provoca prejuízos escolares, além de comprometer o desenvolvimento e a construção da identidade social e política da criança (CUSTÓDIO, 2002, p.46 ).

A OIT se destaca pela preocupação voltada às crianças e adolescentes em situação de trabalho e exploração infantil, assumindo assim, um papel importante na busca pela erradicação do Trabalho Infantil.

Desde 1919, o mundo passou por muitas transformações sociais, econômicas e políticas e a OIT realizou durante estes anos muitas pesquisas e lançou muitos programas, dentre eles o IPEC (Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil). O IPEC tem como objetivo:

[...] aumentar a capacidade dos membros da OIT e das Ong's de projetar, implementar e avaliar políticas e programas que visem a eliminação do trabalho infantil e também no que diz respeito à proteção; determinar pontos fortes e fracos de intervenção em âmbito comunitário; criar mecanismos que sejam capazes de gerar conscientização pública, no combate ao trabalho infantil (Manual Operacional do PETI, 1999).

O Brasil foi um dos cinco primeiros países onde o IPEC foi adotado e no ano de 1990, ratificou a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que serviu de alavanca para o início dos trabalhos em prol destas crianças desamparadas. O IPEC entrou no Brasil num período altamente favorável a seus propósitos, “pois os movimentos pelos direitos da Criança e do Adolescente estavam articulados, seja porque os processos de globalização econômica e a conjuntura nacional exigiram ações que mostrassem resultados” (SANTOS, 2002, p.70).

Em 29 de novembro de 1994, surge o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, contando com a participação de organizações governamentais e não governamentais, de sindicatos e do empresariado, com o apoio técnico e financeiro da OIT

e do Fundo das Nações Unidas para a infância – UNICEF. Diante do surgimento deste Fórum, e através da Secretaria de Assistência do Ministério de Previdência e Assistência Social – MPAS, o governo cria em 1996 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, iniciando sua atuação no Estado de Mato Grosso do Sul, onde se constatou que mais de 2.000 (duas mil) crianças e adolescentes encontravam-se trabalhando em carvoeiras, vivendo sem as mínimas condições de educação, saúde e lazer (SANTOS, 2002, p.70).

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tem por objetivo geral erradicar, em parceria com os diversos setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil, o trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas e degradantes nas zonas urbana e rural. E tem como objetivos específicos:

Possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola; Implantar atividades complementares à escola – Jornada Ampliada; Conceder uma complementação mensal de renda - Bolsa Criança Cidadã às famílias; Proporcionar apoio e orientação às famílias beneficiadas; Promover programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda junto às famílias (MORAES, 2000, p.59).

Este programa é destinado às famílias que tenham filhos se 7 (sete) a 15 (quinze) anos de idade trabalhando em atividades perigosas, penosas, insalubres e degradantes. Devem, no entanto, ser priorizadas as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, ou seja, aquelas que vivem em situação de extrema pobreza.

Para o PETI, as atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres e degradantes são aquelas definidas pela OIT na Convenção nº 182 em seu art. 3º

a) todas as formas de escravidão ou pratica análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dividas ou servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflito armados; b) os trabalhos subterrâneos, debaixo d'água, em altura perigosas ou em espaços confinados; c) os trabalhos com máquinas, equipamentos e instrumentos perigosos ou que envolvam manejo ou transporte manual de cargas pesadas; d) os trabalhos em ambiente insalubre que possam, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes ou processamentos perigosos, ou vibrações prejudiciais a sua saúde; e) os trabalhos em condições particularmente difíceis, como trabalho por longas horas ou noturno, ou



trabalho em que a criança é injustificadamente confinada às dependência do emprego. (CUSTÓDIO, 2002, p.94).

A família que for inserida no PETI recebe mensalmente uma bolsa, ou seja, a Bolsa Criança Cidadã, oferecida à crianças e adolescentes que tenham entre sete e quinze anos de idade e que forem retirados do trabalho. Faz-se necessário mencionar que não existe um número fixo de Bolsas por família, e por isso, cada família pode receber a quantidade de bolsas correspondente ao número de filhos compreendidos nesta idade.

O PETI é financiado com recursos das três esferas de governo envolvidas – União, Estados, Municípios e Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. Os recursos destinados às Bolsas serão repassados às famílias em espécie, exclusivamente por meio de bancos oficiais ou agências dos correios. Porém, quando for implantado o Cartão da Rede de Proteção Social, o pagamento das bolsas será realizado diretamente para as famílias, por intermédio do agente operador, que é a Caixa Econômica Federal (Manual operacional do PETI, 1999).

O valor da Bolsa pago a cada criança e/ou adolescente que for retirado do trabalho é de R\$ 25,00 se for na zona rural e de R\$ 40,00 na zona urbana. Esse valor só poderá ser adotado nas capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250.000 habitantes e nos demais municípios, o valor da bolsa é igual a R\$ 25,00 (manual operacional do PETI, 1999).

A Bolsa Criança Cidadã objetiva recriar as condições mínimas para que a família possa prover suas necessidades básicas, e complementar sua renda. Ela se destina a cada uma das crianças e adolescentes afastados do trabalho e reinseridos na escola pela família. São exigidos alguns critérios para que as famílias permaneçam no Programa, como:

Retirada de todos os filhos menores de 16 anos de atividades laborais; Manutenção de todos os filhos na faixa etária de sete a quinze anos na escola; Apoio à manutenção dos filhos nas atividades da jornada ampliada; Participação nas atividades sócio-educativas; Participação em projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda oferecidos (MANUAL DE ORIENTAÇÕES DO PETI, 2002).

A permanência da família no Programa é no prazo máximo de quatro anos, contando a partir de sua inserção em programas e projetos de geração de trabalho e renda. No caso de desligamento da família do Programa, outra família do município que já tenha sido cadastrada, será incluída. A família será desligada do Programa nos seguintes casos:

Quando o filho completar 16 anos; Quando não participar das atividades sócio-educativas e de geração de emprego e renda oferecidas; Quando a família atingir o limite máximo de quatro anos no programa; Quando mudar de município; Quando não cumprir suas obrigações com o programa (MANUAL DE ORIENTAÇÕES DO PETI, 2002).

Embora o PETI vise à retirada das crianças e/ou adolescentes do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre e degradante, o alvo da atenção é a família, que deve ser tratada por meio de ações sócio-educativas e de geração de trabalho e renda que contribuam para o seu processo de emancipação, para a sua promoção e inclusão social, tornando-as protagonistas de seu próprio desenvolvimento social. É muito importante o trabalho junto às famílias, pois sob a ótica da Assistência Social, a família, como núcleo natural e fundamental da sociedade, é o lugar por excelência de proteção e inclusão social.

Nessa perspectiva, os serviços e ações assistenciais devem favorecer o fortalecimento dos laços familiares, oportunizar a criação de espaços de socialização e construção de identidades e permitir ainda que o grupo familiar se perceba como ente participativo e sujeito de direito aos bens e serviços produzidos pela comunidade (Manual Operacional do PETI, 1999).

Porém, para que as crianças e os adolescentes recebam a Bolsa Criança Cidadã, elas devem estar freqüentando a escola e a Jornada Ampliada, ou seja, em um período elas devem ir para a escola e no outro participar das ações realizadas na jornada ampliada, com professores capacitados para aplicar o reforço escolar e desenvolver atividades educativas, esportivas, recreativas e culturais.

O objetivo da Jornada Ampliada é a retirada destas crianças e/ou adolescentes das ruas, e a inserção em atividades educativas que possam lhe proporcionar informações a respeito de seus direitos enquanto cidadãos. A jornada ampliada visa também ampliar o universo cultural destas crianças e adolescentes, desenvolvendo suas potencialidades com vistas à melhoria de seu convívio familiar e social e principalmente a melhoria de seu desempenho escolar (Manual Operacional do PETI, 1999).

As atividades da jornada ampliada devem acontecer de segunda a sexta-feira, durante o mês todo e com carga de quatro horas diárias. Durante o período de férias escolares, a jornada ampliada deve ser desenvolvida por meio de atividades normais ou de colônias de férias, passeios culturais, lazer etc., pois nos mesmos períodos são repassados recursos para sua manutenção e para pagamento das bolsas às famílias. A realização da jornada ampliada é de responsabilidade do governo municipal, sendo assim, os recursos para a manutenção são repassados diretamente para o Fundo de Assistência Municipal de Assistência Social.

A jornada ampliada deve manter perfeita sintonia com a escola e para isso, será elaborada uma proposta pedagógica, sob a responsabilidade do setor educacional. Para que haja resultados positivos, as ações desenvolvidas na jornada ampliada devem estar em harmonia com o que está estabelecido na proposta pedagógica.

## CAPÍTULO II

### 2 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO JOSÉ

O capítulo que se inicia destina-se a descrever a respeito da Secretaria do Desenvolvimento Social no Município de São José, que é dividida por setores de atendimento, sendo estes: Departamento de Serviço Social, Departamento de Mobilização Comunitária, Departamento da Terceira Idade, Setor Administrativo e Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família – CIACAF.

Neste mesmo capítulo apresenta-se um resgate histórico do Município de São José, dando ênfase especial ao CIACAF bem como, a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Município. Dentro deste contexto aborda-se também o trabalho do Serviço Social nos Programas e em especial no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

#### 2.1 – SITUANDO O CIACAF

O desenvolvimento do município de São José nos últimos vinte anos foi bastante significativo, ajudado pela existência de grandes áreas de terra pouco valorizadas, que puderam ser urbanizadas e adquiridas pela população de menor renda, face ao seu reduzido

valor se comparada com Florianópolis, bem como pela política de incentivos fiscais, adotada pela administração municipal. O crescimento sócio-demográfico e econômico atraiu gente de toda parte e origem cultural.

Através da lei municipal Nº 1599, de 17/04/1985 foi criada a Secretária de Saúde e Assistência Social a qual foi desvinculada em 14/03/1995 com a lei 2.749 que criou a Secretária de Habitação de Desenvolvimento Social, tendo como finalidade coordenar as ações municipais na execução da assistência prestada para a população em geral, no que se refere à política habitacional, Assistência Social e proteção e amparo à criança e adolescente.

Com a instalação do novo governo municipal em 01/1997, e em conformidade com as leis federais e estaduais, e principalmente na busca da legitimação de seu papel, a Secretaria de Habitação e do Desenvolvimento Social estabeleceu uma política de atenção à criança e ao adolescente e às suas famílias, criando o Projeto Criança SIM (Sistema Integrado Municipal).

Baseado na Lei nº 8.069/90 ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) - o Projeto Criança SIM (Sistema Integrado Municipal) - tinha como objetivo atender as crianças e adolescentes que se encontravam em situação de risco pessoal e social e suas famílias, acompanhando e desenvolvendo ações voltadas para a garantia de cidadania, proteção e promoção, visando o desenvolvimento intelectual e social.

Na metodologia utilizada no Projeto Criança SIM, as famílias eram assistidas pela equipe multidisciplinar do projeto, composta por profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, entre outros, visando o desenvolvimento bio-psicopedagógico-social, além de buscar, junto às famílias, caminhos que propiciassem melhores condições de vida, ressaltando a importância do convívio familiar.

Os casos eram encaminhados ao Projeto Criança SIM através do Conselho Tutelar, da Vara da Família, Infância, Órfãos e Juventude do Fórum da Comarca de São José, dos Departamentos de Serviço Social e Psicologia da Secretaria de Habitação e do Desenvolvimento Social, e excepcionalmente dos hospitais.

O Conselho Tutelar apresenta uma das instituições que, juntamente com os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e os Fundos Municipais do setor, constituem o tripé sobre o qual se assenta a responsabilidade de conceber, conduzir e implementar a política de direitos da criança e do adolescente. O Conselho Tutelar, na forma da lei, é “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente” (art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Todavia, após o encaminhamento, os casos eram estudados pela equipe do Projeto SIM para posteriormente, serem realizadas visitas domiciliares e entrevistas aos membros da família, contatos com terceiros e com instituições, fornecendo à equipe multidisciplinar subsídios para a realização de estudo de caso, onde se estabeleciam os procedimentos e as providências a serem tomadas.

Quando foi criado o Projeto Criança SIM, existiam quatro programas sendo executados: 1. Abrigo; 2. Família Substituta; 3. Orientação e Apoio Sócio-familiar e; 4. Auxílio Alimento. No entanto, com o desenvolvimento do município, aconteceram algumas transformações, sendo implantados novos programas de atendimento.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, observa-se à consolidação das conquistas da luta pelos direitos humanos e sociais relacionados à criança e ao adolescente. Em prol desta causa, o Executivo Municipal da Cidade de São José-SC, ciente de suas atribuições e preocupado em resgatar a dignidade e a cidadania das crianças e dos adolescentes do município, feridos em seus direitos constitucionais, por ação ou omissão

da família, da sociedade e do Poder Público, vem através da Secretaria do Desenvolvimento Social, criar uma política integral para atender as demandas apresentadas, substituindo o Projeto Criança SIM pelo Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família (CIACAF) “Cidade da Criança”.

O CIACAF foi criado em 14 de dezembro de 2001, na mesma perspectiva do Projeto Criança SIM, porém contempla uma proposta mais ampliada no que se refere ao aspecto da multidisciplinariedade, enfocando o atendimento à família em sua totalidade. Para tanto, foram implantados e implementados programas que atendam a demanda apresentada, a qual foi diagnosticada pelos atendimentos prestados nos programas do Projeto Criança SIM, colaborando para o conhecimento do perfil e das situações em que vivem as famílias cadastradas.

A Cidade da Criança foi criada com a missão de envolver os diversos segmentos da sociedade no desenvolvimento de ações sociais dirigidas às crianças e/ou adolescentes e suas famílias no município de São José, propiciando as oportunidades de estudar, brincar, aprender, resgatar valores, visando fortalecer o relacionamento interpessoal, e promover a qualidade de vida.

Além disso, a Cidade da Criança tem como objetivo articular e integrar as Políticas Sociais Públicas que garantam os direitos das crianças e dos adolescentes, incentivando o desenvolvimento intelectual, afetivo, moral e social, enfatizando a valorização da família.

O atendimento estará direcionado a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, bem como suas famílias. O perfil da população a ser atendida caracteriza-se como crianças e adolescentes que estão com sua integridade e seu desenvolvimento físico, psicológico, emocional e intelectual comprometidos sem a garantia de seus direitos emocionais.

Para o desenvolvimento do trabalho foram criados os seguintes programa

- Programa Abrigo/ Família Substituta/ Apadrinhamento Afetivo
- Programa Liberdade Assistida/ Prestação de Serviço à Comunidade
- **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**
- Programa Família Cidadã
- Programa Anjos de Rua
- Programa de Referência Sentinela
- Programa Sócio-Educativo em Meio Aberto.

Os programas têm os seguintes objetivos:

- Programa Abrigo: Abrigar, temporariamente, crianças e adolescentes do município de São José, em situação de risco pessoal e social.
- Programa Família Substituta: Atender as múltiplas necessidades das crianças e/ou adolescentes que estão em situação de violência física, sexual, psicológica, negligência, maus tratos, abandono social, impossibilitados de retornar de imediato à família de origem, encaminhando-os às famílias substitutas.
- Programa Apadrinhamento Afetivo: Oportunizar as crianças e/ou adolescentes inseridos no Programa Abrigo, a construção de vínculos afetivos, que possam aflorar seu lado subjetivo e desenvolver potenciais que estejam tolhidos por falta de estimulação, atenção e afeto; -Proporcionar, através de padrinho ou madrinha afetivo, o auxílio material, como a participação de cursos, passeios, acompanhamento médico, etc.
- Programa Liberdade Assistida: Assistir, promover e orientar o adolescente (de 12 à 18 anos, excepcionalmente até 21 anos), autor de ato infracional, no que diz respeito à sua formação educacional, profissional e familiar, bem como seu desenvolvimento psicossocial.
- Programa Prestação de Serviços à Comunidade: Assistir, acompanhar e orientar o adolescente (12 a 18 anos, excepcionalmente até 21 anos), autor de ato infracional, no que



se refere ao cumprimento de prestação de serviços à comunidade, como medida sócio-educativa, encaminhados pela Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude, do Fórum da Comarca de São José.

- **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil:** Atender as crianças e/ou adolescentes, com faixa etária de sete a quinze anos incompletos, que se encontrarem em situação de trabalho e exploração infantil (e suas famílias) proporcionando, através da Bolsa Criança Cidadã, o acesso ao ensino básico fundamental, bem como a garantia de seus direitos e de cidadania, contribuindo para seu pleno desenvolvimento psicossocial.
- **Programa Família Cidadã:** Atender as necessidades das crianças e adolescentes e suas famílias, em caráter emergencial ou temporário, através da assistência de auxílios materiais, orientação, apoio e acompanhamento, a fim de resguardar seus direitos enquanto cidadãos.
- **Programa Anjos de Rua:** Realizar mapeamento diagnóstico de crianças que estão em situação de rua, sob risco real ou potencial de sobrevivência, inserindo-as em programas de apoio e principalmente no suporte especializado em fortalecer o vínculo familiar.
- **Programa de Referência Sentinela:** Orientar e apoiar a família, criança e/ou adolescente vítimas de violência e exploração, visando auxiliá-la a (re) adquirir uma determinada estrutura familiar, proporcionando-lhes condições necessárias ao seu desenvolvimento. Identificar as crises múltiplas enfrentadas pela família, provenientes do meio intrafamiliar e/ou extra-familiar.
- **Sócio-Educativo em Meio Aberto:** Proporcionar às crianças e ou adolescentes inseridos no Centro Integrado da Criança e do Adolescente, um espaço aberto, criativo e estimulador onde a arte, a cultura, o esporte, o lazer e a profissionalização possibilitem, com o tempo, o resgate de suas necessidades psicossociais.

Os recursos financeiros provêm dos recursos do orçamento municipal, dos convênios estaduais e federais e dos seguintes fundos municipais:

- FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social;
- FIA – Fundo Municipal da Infância e Adolescência;
- FUNDEF – Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental, além dos recursos do orçamento municipal e dos convênios estaduais e federais.

Como o Centro Integrado busca articular e integrar as Políticas Sociais e Públicas, conta com uma organização administrativa formada, por: 01 Diretor Geral; 01 Coordenadora Educacional; 01 Coordenadora Administrativa, todos com formação em nível superior e 02 Secretários Administrativos com formação em nível de 2º grau. Para o desenvolvimento dos Programas e para que atinjam seus objetivos, a Cidade da Criança possui uma equipe multidisciplinar.

A organização, os programas, as equipes profissionais, enfim, o Centro Integrado – Cidade da Criança, visa garantir às crianças e adolescentes do município, feridos em seus direitos, este espaço de resgate da cidadania. Da mesma forma, implementar esta política de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente de maneira supra partidária e transideológica, é reconhecer que o maior patrimônio de um povo é a sua infância e juventude.

Todos os Programas implantados no CIACAF surgem dentro da perspectiva de eliminação da pobreza e em benefício das famílias com estas características, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que visa combater o trabalho infantil, o qual abordaremos no item seguinte.

## 2.2 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – São José

Em todo o mundo, existem aproximadamente 250 milhões de crianças e/ou adolescentes com idades que variam de 5 (cinco a 15 quinze) anos que se encontram em situação de trabalho; destas, 120 milhões trabalham o período integral.

“O trabalho precoce é aquele que expõe a criança e o adolescente à disciplina do trabalho, prejudicando a formação e a saúde de seus organismos frágeis” (Trabalho Precoce: saúde em risco, 2000).

Muitas crianças e adolescentes do Município de São José encontram-se em situação de trabalho precoce, e são geralmente aquelas crianças que estão na rua, trabalhando para ajudar na renda familiar ou, em alguns casos, para prover o sustento de toda a família. As famílias que se instalam no município são, em sua maioria, numerosas, sendo que um dos motivos da migração é a tentativa de buscar melhores condições de vida, através de um trabalho que na maioria das vezes não existe.

Nesse sentido SANTOS (2000, p.48) explica:

Isso nos revela que há na família um crescimento considerável dos filhos como fonte de renda, já que o salário dos pais torna-se insuficiente para o sustento da familiar. Assim o fenômeno do trabalho infantil se atualiza historicamente como resultado da degradação dos níveis de vida das famílias que necessitam de trabalho dos filhos como forma de sustento e sobrevivência.

As crianças e adolescentes vitimizados pela situação de pobreza acabam inseridos no trabalho precoce, sendo forçados a trabalhar para sobreviver, muitas vezes em regime de servidão e exploração.

Diante destas questões sociais, destaca-se como uma das mais preocupantes a situação da criança e do adolescente em risco pessoal e social, é algo que está a exigir ações políticas claras capazes de presidir (promover) o processo de mudança que resgate, efetivamente seus direitos de pessoa humana e cidadania.

Dentre a não garantia dos direitos de cidadania encontra-se um quadro alarmante de violência, principalmente contra crianças e adolescentes. A violência contra criança e adolescente não decorre apenas da omissão do Estado, considerando que são múltiplas as suas manifestações no seio da família e da sociedade.

Vivenciada pela família, a violência muitas vezes está ligada às condições sociais e pode ser caracterizada pela ausência de políticas públicas sociais que atendam as demandas da sociedade. A negligência social, entendida como omissão do Estado frente à garantia dos direitos se apresenta como o não-cumprimento, por parte do Estado, dos investimentos e das obrigações que lhe cabem para a erradicação das desigualdades e da exclusão social.

Na família, as crianças e os adolescentes devem encontrar, além da afetividade, fatores concretos que auxiliem o seu pleno desenvolvimento social, cultural, intelectual e moral, garantindo assim seus direitos fundamentais, independentemente da estrutura familiar em que estejam inseridos.

A consolidação da conquista da luta pelos direitos humanos e sociais relacionados à criança e ao adolescente na Constituição de 88, pode-se verificar que a proteção que se pretendeu garantir ao adolescente alberga “[...] o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária [...]” (Constituição Federal, 1988).

Entre todas as transformações ocorridas através da história, e apesar das injustiças e discriminações que a criança e o adolescente ainda vêm enfrentando, pode-se hoje ressaltar a importância de mecanismos que visem a resguardar e assegurar os direitos individuais e coletivos e reformar o valor do ser humano, como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Seguindo estes pressupostos, o município de São José foi um dos 18 municípios apoiados para participar do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, por ser considerado um dos mais expressivos de Santa Catarina, possuindo uma população de aproximadamente 200 (duzentos) mil habitantes. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um Programa do governo federal e está presente no município desde o ano de 2000, com o objetivo de eliminar o trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas e degradantes. Dentre seus objetivos, destacam-se a possibilidade de acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola, a garantia de que as famílias possam ser inseridas em programas de geração de renda e emprego, e a oferta de apoio e orientação às famílias beneficiadas.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil centra-se no trabalho realizado com as famílias, e não somente com as crianças e adolescentes. Desta forma, busca-se a emancipação destas, para que adquiram condições plenas de cumprir com suas funções. É importante o trabalho com as famílias, porque:

Sob a ótica da Assistência Social, a família, como núcleo natural e fundamental da sociedade, é o lugar por excelência de proteção e inclusão social. Nessa perspectiva, os serviços e ações assistenciais devem favorecer o fortalecimento dos laços familiares, oportunizar a criação de espaços de socialização e construção de identidade e permitir ainda que o grupo familiar se perceba como ente participativo e sujeito de direito aos bens e serviços produzidos pela comunidade. (Manual Operativo do PETI, 2002).

Tendo sido implantado no ano de 2000 no município, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, atendeu-se inicialmente 208 crianças e adolescentes pertencentes a 90 famílias. No segundo semestre do referido ano, houve a primeira ampliação de metas, para 398 crianças e adolescentes, sendo que 172 famílias passaram a receber o recurso da Bolsa Criança Cidadã. Já em 2001 houve uma nova ampliação de metas, acrescentando-se 150 bolsas, que resultou num total de 548 bolsas, número este que se manteve até o final de 2002.

Ano	Nº de crianças e Adolescentes atendidos	Nº de Famílias atendidas	Custo Total em bolsas
2000	208	90	R\$ 8.320,00
2000.2	398	172	R\$ 15.920,00
2001 e 2002	548	244	R\$ 21.920,00

Com base em algumas diretrizes nacionais, o trabalho direcionado ao grupo familiar atendido pelo Programa, segue as seguintes etapas metodológicas: primeiramente as famílias são encaminhadas para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil pelo Conselho Tutelar, pelo Fórum da Comarca de São José, pelo Departamento de Psicologia e Serviço Social da Secretaria de Desenvolvimento Social, pelas escolas estaduais e municipais de São José, entre outras instituições.

Após o recebimento dos casos, a equipe do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil realiza visitas domiciliares para constatação de fatos e levantamento de dados exigidos pela Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família. Constatados os fatos, os casos são encaminhados à Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil para triagem dos casos a serem cadastrados.

Faz-se necessário ressaltar que quando a família é inserida no Programa, automaticamente é aberto um dossiê com um número e o nome da criança mais nova, para a identificação familiar.

Para que o trabalho se desenvolva é necessário que exista um intercâmbio entre a equipe de profissionais do Programa com as famílias inseridas. Para tanto, o município desenvolveu a seguinte metodologia:

- Acolhimento: O acolhimento será realizado através de reuniões com as famílias, com as crianças e adolescentes, mediante atendimentos individualizados, visitas domiciliares e contatos diversos;
- Conhecimento: Concomitante a estas etapas, a equipe procura aprofundar o conhecimento de realidade destas famílias, buscando acompanhar e orientar em suas relações familiares;
- Vinculação: A equipe busca estabelecer um vínculo das famílias com o Programa, de forma gradativa e processual, envolvendo-as no conjunto das ações do Programa, a fim de contribuir na erradicação do trabalho infantil;
- Participação e construção coletiva: Concebendo as famílias do Programa, como sujeitos e protagonistas da realidade vivenciada, busca-se coletivamente construir formas de enfrentamento da pobreza, através de um trabalho educativo de conscientização, articulado, com os demais segmentos da sociedade.

A equipe do Programa é formada por duas Assistentes Sociais, duas Psicólogas e por vezes com estagiárias do Serviço Social e da Psicologia que trabalham em equipe visando a efetivação e o alcance das metas estipuladas, ou seja, acompanhar as crianças e adolescentes inseridos no Programa. Todavia, este acompanhamento é referente, à frequência e o rendimento escolar; à frequência e participação na jornada ampliada bem como o atendimento às famílias.

### 2.2.1 A Atuação Profissional do Assistente Social no Programa

A trajetória do Serviço Social no Brasil é destacada por fases, ou seja, nos anos de 1930-1945 é caracterizada pela influência européia, nos anos de 1945-1958 a influência foi

norte-americana com ênfase na questão metodológica e de 1958-1965, continuou com a influência norte-americana na contribuição do Serviço Social para o processo do desenvolvimento. Por fim, de 1965 até os dias de hoje é caracterizado pelos movimentos de reconceituação, que buscam um referencial teórico-prático para a profissão de acordo com a realidade.

Deste modo, a Assistência, de uma maneira geral, procura atender aqueles grupos mais vulneráveis que não tem acesso aos serviços sociais básicos de saúde, educação, segurança, habitação, trabalho e geração de renda.

A Constituição brasileira, promulgada em 05/10/1988, em seu art. 203, confirma esse asserto, ao explicitar que: “a assistência social será prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição à seguridade social”. São objetivos da assistência social, a proteção e o amparo à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, entre outros. A cobertura da assistência é aplicada a todos os níveis da população, mas com critérios que avaliam entre os carentes quem realmente necessita de assistência.

No entanto, é preciso que se passe a refletir sobre o assistencial como questão articulada ao reconhecimento dos direitos sociais, como: trabalho, educação, saúde, moradia, etc. Embora as políticas sociais e em especial, as da assistência, façam parte de uma estratégia e controle do Estado sobre a classe trabalhadora, são através dos programas sociais que as necessidades de subsistência da população carente são atendidas.

É importante que os movimentos populares se organizem e se conscientizem da necessidade de recuperar tais “benefícios”, como direitos que lhes são devidos e como condição básica no exercício pela cidadania. O Assistente Social é um profissional que transmite informações à população de que muitos “benefícios” repassados pelo Estado, constituem-se em direitos do cidadão e não são doações.



A Assistência Social não deve ser confundida com o assistencialismo, prática fragmentada e focalista, mas deve ser compreendida em seu sentido mais amplo, capaz de superar o caráter emergencial das ações profissionais. Sendo a assistência a área que definiu historicamente o Serviço Social como profissão, somente “assumindo-a” e tornando-a como esfera de competência é que o Assistente Social atuará com a necessária segurança e determinação frente aos graves problemas sociais presentes no Brasil.

A Carta Constitucional de 1988 preservou e ampliou algumas conquistas no campo dos direitos sociais, como também introduziu o conceito seguridade social, que é um conceito de fato vinculado à cidadania, equiparando as três esferas: previdência, saúde e assistência social.

A Seguridade Social compreende: “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência” (art. 194/CF/88). A saúde e a assistência constituem-se de direitos a serviços, enquanto que a previdência constitui-se de direito e benefício.

Contudo, a assistência social teve seu marco histórico em dezembro de 1993, quando foi promulgada a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, que concedeu a Assistência Social à categoria de Política Pública. A LOAS prevê em seu art.1º “A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Mesmo com estas garantias, pode-se afirmar que na área da assistência social os serviços são focalizados nos mais pobres, e se efetivam a partir de parcerias com organismos não governamentais, o que, por consequência reduz o campo estatal de garantia universal de cidadania. A propósito, o Programa Comunidade Solidária, do

governo tem distribuído nos municípios carentes cestas básicas de alimentos, dentro de uma perspectiva focalizada em emergências e de acordo com conveniências políticas.

Percebe-se que a política social ao longo da história apresenta caráter fragmentário, desigual, compensatório e emergencial, sendo usada como um instrumento pela elite dominante para legitimar o governo e manter-se no poder.

Parte da estrutura do poder executivo (municipal, estadual e federal), tem como missão a execução de ações determinadas em políticas públicas a partir destas marcas legais (constituição, leis, regulamentação), planos e programas específicos (Direito Público).

Dentro desta estrutura o Assistente Social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado, ou seja, de trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. O Assistente Social interfere na reprodução da força de trabalho através dos Serviços Sociais previstos em programas, a partir dos quais trabalha nas áreas da saúde, educação, condições habitacionais, entre outras. Por isso, “o Serviço Social é socialmente necessário, porque atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora” (IAMAMOTO, 2000, p.56).

Dentro deste contexto, o objetivo do Serviço Social no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município de São José é, contribuir para favorecer o fortalecimento dos laços familiares, oportunizando a criação de espaços de socialização e construção de identidades, permitindo ao grupo familiar se perceber como ente participativo e sujeito de direitos aos bens e serviços produzidos pela comunidade, além de contribuir com o trabalho multidisciplinar, junto aos demais profissionais da “Cidade da Criança”.

O trabalho dos profissionais do Serviço Social é realizado dentro de um sistema formado por redes de serviços, de forma articulada para que os serviços venham ao encontro da satisfação das necessidades destas famílias.

Para tanto, são desenvolvidas várias atividades pelos Assistentes Sociais, entre eles:

- Atendimentos às Famílias: o atendimento se dá de duas formas: atendimento a demanda espontânea e acompanhamento contínuo e sistemático. As duas Assistentes Sociais do programa atendem todas as segundas e sextas feiras a demanda espontânea das famílias pertencentes ao programa, ou seja, aquelas famílias que necessitam de atendimentos através de benefícios e encaminhamentos diversos.

No entanto, outras famílias, devido à situação de maior vulnerabilidade social necessitam de acompanhamento contínuo, o qual é realizado mediante visitas domiciliares, encaminhamentos diversos, e relatórios situacionais, haja visto que na sua maioria são famílias que pertencem a classes populares e passam por muitas dificuldades e crises provocadas pelo desemprego, fome, depressão, uso de drogas, violência, entre outros.

- Telefonemas Informativos e de Encaminhamento: Os telefonemas realizados e recebidos são de caráter informativo e também com o objetivo de realizar os encaminhamentos e contatos diversos. Ressalta-se o fato de que muitas orientações são realizadas pelo telefone tendo em vista o alto número de cidadãos que telefonam com o intuito de conhecer melhor os procedimentos realizados por esta Secretaria, bem como para saber as formas de atendimento.
- Visitas Domiciliares: As visitas domiciliares se dão durante todo o ano, com o objetivo de acompanhamento, levantamento situacional e como instrumento de atuação profissional. Segundo Miotto, “os instrumentos do Serviço Social, servem para conhecer os sujeitos sociais/realidade social – realizar análises e/ou estabelecer diagnósticos sobre situações sociais/realidade social – intervir em situações sociais/realidade social”.

- Benefícios: Com relação aos benefícios, são concedidos: auxílios alimentos, passes, leite especial, medicamentos, órteses e próteses, auxílio óculos, auxílio funeral, material de construção, cujos levantamentos são realizados pelo setor administrativo da Cidade da Criança. Trabalhando a demanda individual da clientela,

O Assistente Social responde fundamentalmente à demanda do Estado de administrar a miséria; ao trabalhar a demanda individual da assistência como assistencialismo, atenuará as tensões e, secundariamente, atenderá a demanda de setores populares, mas, de modo fundamental, reforçará a necessidade do Estado de camuflar as desigualdades sociais, legitimando-as e reproduzindo as relações sociais capitalistas Oliveira (1996, apud Carvalho, 1996, p.58).

- Grupos: São realizados projetos em parcerias com demais programas do CIACAF, sendo que alguns projetos já foram realizados, como: Projeto Acolher e o Grupo sobre sexualidade.
- Recadastramento: Por exigência do Governo Federal, foi realizado a partir do mês de abril até o mês de agosto de 2002, as entrevistas de recadastramento de todas as duzentos e quarenta e quatro famílias inseridas no Programa. Além do processo de entrevista, que dependendo da família compreendia entre quarenta e sessenta minutos, os profissionais foram envolvidos no processo de digitação dos cadastros. Embora tenha se contado com o auxílio de demais profissionais, em tempo reduzido para a realização de entrevistas e digitação dos cadastros, tais procedimentos despendem um longo tempo, inviabilizando a realização de demais atividades, neste período.
- Reuniões Internas do Programa: As reuniões são realizadas no intuito de discutir casos, repasses e encaminhamentos, além de distribuição de responsabilidade de procedimentos administrativos entre os membros da equipe. Segundo Claudino, “a reunião é método de ação social e administrativo que integra pessoas em torno de um objetivo, idéia, mensagens, processo de plano, para busca de soluções, encaminhamentos ou conhecimentos compartilhados e válidos”.

- Reuniões Multidisciplinares: Caracterizam-se, principalmente, pelos encontros semanais para a discussão de casos e reunião administrativa. Além disso, quando necessário, outros momentos de reunião multidisciplinar ocorrem, a fim de discutir temáticas às situações que mobilizaram tais encontros.
- Reunião com os Pais: São realizadas duas formas de reuniões com os pais: as que precedem o repasse da bolsa, tendo propriamente um caráter de repasses e informações gerais e aquelas realizadas com um pequeno contingente de pais a cada encontro, buscando informar a cerca do programa em si, seus objetivos e o papel da família junto ao mesmo, promovendo a conscientização destes.

Todo o trabalho realizado pelos Assistentes Sociais no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, é a prática se transformando em instância de mediação ao avanço da consciência e apropriação de bens e serviços pelas classes subalternizadas, contribuindo para que a assistência social se constitua em espaço de conquista de direitos sociais e de reconhecimento da cidadania da população.

Sendo uma das exigências do PETI – a permanência e o bom desempenho da criança e do adolescente na escola, optou-se para desenvolver uma pesquisa qualitativa com adolescentes que estão inseridos no PETI e que será apresentada e descrita no próximo capítulo.

## CAPÍTULO

### **3 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE TRABALHADOR E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA.**

Neste último capítulo, primeiramente será realizada uma contextualização teórica sobre o trabalho infantil e sua relação com a escola. Posteriormente, busca-se relatar como se desenvolveu a metodologia de pesquisa utilizada.

A pesquisa ora realizada busca constatar o que os adolescentes pensam em relação ao trabalho infantil, a escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Após apresentação dos dados coletados, apresenta-se a análise dos resultados obtidos objetivando delinear possíveis propostas.

#### 3.1 TRABALHO INFANTIL X ESCOLA

A infância é um período que deve ser dedicado a educação formal e ao desenvolvimento sócio-cultural da criança. Nesse período a melhor ocupação é a escola, e todas as ações devem convergir para essa direção, evitando a evasão escolar.

No Brasil, o trabalho infanto-juvenil representa um fator de não escolaridade, e apesar do que sempre se imaginou, a maioria das crianças e adolescentes trabalhadores, estão na zona rural, onde o setor agrícola emprega 40% da força de trabalho infanto-juvenil do país. No campo, essas crianças e adolescentes compõem a força de trabalho e a renda de suas famílias, um hábito que passa de geração em geração. A grande maioria não recebe salários, uma vez que contribuem para a produção dos pais.

Porém, crianças e adolescentes trabalhadores rurais sofrem principalmente a carência ou baixa escolarização, que segundo Caldeira (1999 apud Neves, p. 159),

A educação no meio rural brasileiro tem sido até hoje mais objeto de críticas do que de estudos orientados no sentido de elucidar as causas profundas e suas falhas. Toda ou quase toda a responsabilidade pelos minguados frutos do esforço educativo recai sobre a escola, que se considera inadequada e, por conseguinte, incapaz de motivar o interesse das populações rurais. Bastaria assim dar-lhe currículo apropriado e ajusta-la às necessidades específicas do campo para que se operasse a desejada mudança no panorama educacional.

Além do cronograma escolar não ser adequado com as atividades agrícolas ou com os períodos de colheita, Caldeira (1999, apud Neves, p.159) cita outros fatores contrapostos à educação:

O pauperismo das populações rurais; distância da residência do aluno em relação à escola; coincidência do ano agrícola com o ano letivo; baixo padrão de ensino; desestímulo do professor em face de vencimentos exíguos; má distribuição das unidades escolares; negligência dos pais, motivada pela ignorância.

Neste sentido, é importante que a comunidade se reúna, discuta e questione o tipo de escola que o município possui, se há escolas e professores suficientes, se a escola é atrativa, quais os meios que a sociedade representada por seus vários segmentos, dispõe para adequar às exigências que tornem a criança e o adolescente cidadão.

Nos centros urbanos, não há como a escola adaptar-se ao trabalho desta forma, uma vez que na condição de assalariadas, as crianças e adolescente são aliciados por serem mão-de-obra barata, e além de exploradas, este contingente de trabalhadores submetem-se a condições de trabalho extremamente danoso ao seu desenvolvimento e a sua saúde.

O art. 424 da CLT, preconiza: “é dever dos responsáveis legais de menores, pais, mães ou tutores, afasta-los de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de

estudo, reduzam seu tempo de repouso necessário à sua saúde e constituição física, ou prejudiquem a sua educação moral”.

No entanto, o trabalho infante-juvenil reflete uma forma específica de arranjo familiar adotada por determinados setores sociais para conseguir sua sobrevivência. A criança ou adolescente que trabalha geralmente o faz com prejuízo escolar, implicando por conseqüência, na formação de um adulto com baixa qualificação e que terá dificuldades de competir no mercado de trabalho.

PEREIRA (1994, p.19) afirma:

O desemprego estrutural e as novas demandas do mercado de trabalho deixam claro que o trabalhador hoje precisa de: formação educacional mínima de Iº grau completo, profissionalização versátil e polivalente, bem como socialização, requisitos capazes de instrumentalizar o indivíduo para as relações sociais, para a arte da negociação, para o pensamento flexível e criativo, enfim, para o domínio da cultura de seu tempo.

No Brasil os investimentos em políticas de educação não são suficientes, e é visível a falta de acesso à educação de muitas crianças e adolescentes. Nos grandes centros urbanos esse fato ocorre pelo fato de existir uma demanda expressiva que leva a superlotação nas escolas públicas, e nas zonas rurais, como já foi citado, o acesso às escolas nem sempre é viável devido a distância entre a casa e a escola e a falta de transporte.

Embora tenham sido constatados avanços significativos nesses últimos anos, observa-se ainda graves problemas decorrentes da ineficiência do sistema educacional brasileiro, considerando as sérias dificuldades que ainda persistem. Segundo a CONANDA (2000, p.19), “Existem aproximadamente 4,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola; apenas 33% da população de 4 a 6 anos está na pré-escola; e somente 30% da população de 7 a 15 anos está matriculada no ensino médio”.

Para garantir o acesso ao mercado de trabalho, o ensino fundamental é ainda a forma mais eficaz. Portanto, investir maciçamente no ensino público gratuito, na criação de escolas particularmente atraentes e equipadas com recursos humanos e materiais



necessários “são providências hoje que prevalecem em face de qualquer outra alternativa se quisermos, enfim, pelo menos viabilizar o acesso da criança pobre no mercado de trabalho em condições de igualdade” (COLUCCI, 1999, p.13).

Infelizmente, para um grande contingente de crianças e adolescentes, em razão da pobreza familiar, não há outra alternativa que não seja o ingresso precoce no mundo do trabalho. Esta determinação irá reduzir as possibilidades de educação e instrução, pois prevalece a necessidade da garantia da subsistência. Aliado a esse fato, a falta de qualificação e de um nível educacional adequado irá provocar a reprodução da própria condição de miserabilidade e pobreza.

A própria instituição escolar tende a reproduzir este processo de exclusão, pela falta de preparo para lidar com estas crianças e adolescentes trabalhadores. Pinto (2000 apud Custódio, 2002, p. 41), explica que:

A escola contribui para aumento da utilização do trabalho infantil, ao não resolver problemas como a multirepetência e a evasão escolar da criança e do adolescente, bem como, a má qualidade da educação. Geralmente aos pobres é reservado os sistemas nacionais de aprendizagem, os programas pobres de ONG's voltadas as classes empobrecidas e as ruas. Com uma educação deficiente, nada atraente, onde impera a prática da exclusão...

No que se refere à escola, esta não deve satisfazer apenas os interesses práticos imediatos, mas ela também deve ter caráter formativo, isto é, oferecer cultura geral e formação para a vida. O processo educativo deve contribuir e promover a participação do indivíduo nas esferas econômica e social, pois assim como a educação, o trabalho também é um fator essencial na construção da identidade e realização profissional, enquanto cidadão.

Na sociedade brasileira também os baixos níveis de renda familiar são determinantes de baixos níveis de educação. No contexto social de crianças e adolescentes trabalhadores, os pais permanecem poucos anos nos bancos escolares e a educação dos pais

tem influência importante nas condições de saúde das crianças e adolescentes. Os baixos níveis de educação, principalmente das mães, tem relação com taxas mais elevadas de mortalidade infantil. “Os baixos níveis de educação tendem a reproduzir o ciclo vicioso da pobreza, pois constituem fatores de maior relevância na determinação da inserção do processo de produção capitalista” (FILHO, 2000, p.23).

Para reverter esta situação é necessário realizar uma abordagem crítica concreta do trabalho educativo, para que sejam aderidas soluções que não interessam nem ao Estado, nem à sociedade e tampouco às crianças e adolescentes, pois a busca de respostas imediatistas de pobreza destes, vemos transformado em um adulto expropriado de suas oportunidades de desenvolvimento da cidadania.

Portanto, a política pública que visa a educar, com o compromisso de formar o futuro trabalhador cidadão, é aquela que enfatiza o direito de ser criança, que garanta o acesso ao ensino básico fundamental, bem como cria condições para que este seja devidamente completado, e permita o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas e artísticas no decorrer da infância e da juventude (COLUCCI, 1999, p. 18).

Sintonizar os programas existentes com as diretrizes do ECA significa, pois, repensar seus conteúdos, de modo que os fins relativos à geração de renda não comprometam a cidadania da criança e do adolescente, e que os novos padrões tecnológicos, artísticos e produtivos lhes sejam efetivamente acessíveis.

### 3.2 A visão dos adolescentes com relação ao trabalho infantil, à escola e ao PETI

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, é um Programa do governo federal e está presente no município de São José desde o ano de 2000, e visa eliminar o

trabalho infantil. Dentre seus objetivos, destacam-se principalmente o acesso e permanência das crianças e dos adolescentes na escola e na jornada ampliada.

Neste sentido, resolveu-se pesquisar junto aos adolescentes inseridos (as) no PETI, para saber o que eles pensam sobre o trabalho infantil, a escola e o PETI. Afinal, é importante verificar na opinião dos próprios adolescentes, se a escola, bem como a jornada ampliada, estão satisfazendo seus anseios, uma vez que, são “obrigados” a frequentar as mesmas. O objetivo também da pesquisa situa-se em verificar quais as conseqüências que o trabalho infantil acarreta na vida escolar destes adolescentes.

Além deste objetivo geral, a pesquisa teve outras questões específicas, onde os adolescentes tiveram espaço para falar, sobre: qual era o tipo de trabalho que exerciam; os locais e os horários de trabalho; o tempo e a permanência no trabalho, bem como, suas expectativas para o futuro.

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo, cujo objetivo foi levantar dados, coletados por meio de entrevistas estruturadas compostas por quinze perguntas abertas. As entrevistas foram realizadas no Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família – CIACAF - totalizando onze adolescentes. Optou-se por entrevistar adolescentes que estudam em diversas escolas do município, na busca de diferenciadas opiniões sobre as mesmas, para posteriormente serem analisadas.

Foi escolhida a técnica da entrevista por considera-la um instrumento mais usual e de maior validade para a obtenção de dados e porque tem como vantagem e facilidade, o fato de que as pessoas têm mais paciência e motivação para falar do que para escrever.

Os dados foram coletados durante o mês de maio de 2003. Em relação aos entrevistados, estes serão identificados com nomes fictícios, por ser uma maneira mais fácil de identificá-los, visando também preservar a identidade dos que se dispuseram a contribuir para a pesquisa, como abaixo elencados.

ENTREVISTADO 1 – João - 14 anos - estuda no Centro Educacional;

ENTREVISTADO 2 – Antonio – 13 anos – estuda no Centro Educacional Municipal Renascer;

ENTREVISTADO 3 – Paulo – 15 anos – estuda no Centro Educacional Municipal José Nitro;

ENTREVISTADO 4 –Tiago – 14 anos – estuda no Centro Educacional Municipal Araucária;

ENTREVISTADO 5 – Maria - 14 anos – estuda no Centro Educacional Renascer;

ENTREVISTADO 6 – Vanda – 13 anos – estuda no Centro Educacional Municipal Renascer;

ENTREVISTADO 7 – Carmem – 14 anos – estuda no Colégio Vanderlei Júnior;

ENTREVISTADO 8 – André – 15 anos – estuda no Colégio Municipal Marista;

ENTREVISTADO 9 – Gustavo – 15 anos – Não está estudando no momento;

ENTREVISTADO 10 – Evandro – 17 anos – estuda no Colégio Cabral;

ENTREVISTADO 11 – Lúcia – 14 anos – estuda no Centro Educacional.

Para dar continuidade ao trabalho de pesquisa, segue-se com os dados colhidos nas entrevistas.

### 3.3 Constatações dos Adolescentes

Neste item, serão apresentadas as questões da pesquisa e as suas respectivas respostas.

#### **1) Você já trabalhou? Que tipo de atividade você realizava?**

**R: João** – *Já. Carregava carrinho no CEASA.*

**Antonio** - *Não. Só lavar louça e limpar a casa.*

**Paulo** - *Eu já trabalhei. Catando latinha, papelão e ajudante de pedreiro.*

**Tiago** – *Já trabalhei. Antigamente eu vendia cerveja no carnaval com meu pai e depois de uns tempos eu estava trabalhando no restaurante, daí fechou e eu sai.*

**Maria** – *Não, nunca. Só em casa, ajudando minha mãe lavar louça, lavar roupa, limpar a casa, lavo banheiro, tudo.*

**Vanda** – *Não, nunca. Só em casa, faço serviço doméstico, ajudo minha mãe.*

**Carmem** – *Sim. Eu já trabalhei de babá, mesmo.*

**André** – *Já. Já trabalhei de engraxar sapatos. Também já trabalhei de vender picolé na praia, vender churros, estas coisas assim.*

**Gustavo** – *Não. Só trabalhei com meu pai quando tinha uns 8 (oito) anos.*

**Evandro** – *Não. Eu já trabalhei de ajudante de pedreiro.*

**Lúcia** – *Não. Só trabalho de casa.*

Diante das respostas obtidas, percebe-se que para cinco adolescentes, o trabalho doméstico, não conta como trabalho, pois suas respostas são de que nunca trabalharam, só fizeram ou fazem trabalhos de casa. Sete deles já trabalharam em diversas atividades, como: carregador de carrinho; vendedor ambulante; engraxate; na pedreira e ajudante de pedreiro.

O trabalho invisível não aparece nas estatísticas, mas é tão prejudicial quanto os outros. Em 2003 foi lançada uma campanha: O Brasil sem Trabalho Infantil Doméstico – Um Movimento de Liberdade. O trabalho doméstico infantil é um assunto pouco discutido no Brasil, e é aceito pela sociedade, mas não deixa de ser uma situação que oculta uma série de injustiças e uma realidade de exploração. Esta iniciativa é para tirar quase meio milhão de meninas trabalhadoras domésticas da invisibilidade.

## **2) Desde que idade você começou trabalhar? Durante quantos anos você trabalhou?**

R: **João** – *Com 14 anos. “Trabalhei pouco tempo e depois vim pra cá” para o PETI.*

**Antonio** – *Com 6 (seis) anos, comecei trabalhar. Trabalhei sempre até hoje.*

**Paulo** – *Antes de entrar no PETI, entendeu. Eu comecei com 10 anos, eu já trabalhava. Era por semana, latinha era por dia, porque estudava e tinha tempo para catar latinha e papelão.*

**Tiago** – *Desde 11 (onze) 12 (doze) anos. Trabalhei acho que um ano, ano e meio.*

**Maria** – *Desde 8 (oito) anos e trabalho até hoje.*

**Vanda** - *Desde os 7 (sete) anos. Trabalho até hoje. Comecei lavando louça. Agora lavo as calçadas, arrumo os quartos, passo pano, estas coisas, todos os dias.*

**Carmem** – *Comecei trabalhar esse ano. Trabalhei dois meses no máximo.*

**André** – *Comecei trabalhar com uns doze anos. Não trabalhei por anos assim. O tempo que eu trabalhei mais, foi uns cinco meses, engraxando sapatos, o resto era por temporada.*

**Gustavo** – *Não trabalhei mais, porque em casa minha irmã ajudava minha mãe.*

**Evandro** – *Com quinze anos, não trabalhava todos os dias. Trabalhava lá de sábados e domingos, meu tio levava pra fazer a casa e ele me pagava.*

**Lúcia** – *Desde de sete anos por aí. Trabalho até hoje.*

Verifica-se que a idade que os adolescentes começaram trabalhar, foi dos seis aos quinze anos de idade. Um adolescente começou trabalhar com seis anos; dois começaram com sete anos; um com oito anos; um com dez anos; dois com onze ou doze anos; um com quatorze anos e um com quinze anos. Os adolescentes que trabalham como ajudantes domésticos, começaram trabalhar muito cedo e continuam até hoje. Porém, os que exerceram trabalhos fora de casa, todos deixaram de trabalhar. A maioria trabalhou pouco tempo, exceto um adolescente trabalhou cinco anos.

Diante dos dados apresentados, é possível perceber que os adolescentes começaram trabalhar provavelmente muito cedo, devido à necessidade financeira da família.

**3) Onde você realizava o trabalho? Quantas horas você trabalhava? Você trabalhava todos os dias?**

**R: João** – *No CEASA. Trabalhava das três horas da manhã até as dez horas e trabalhava todos os dias.*

**Antonio** – *Não trabalhava. Ficava só na rua e largava pipa todos os dias. Agora não faço mais, tou vindo aqui no PETI.*

**Paulo** – *Trabalhei muito tempo, uns cinco anos na rua. Eu não tinha carrinho para carregar, então eu levava dois tipos de baldes grandes, entendeu, para poder catar e levar as latinhas. Daí eu chegava em casa despejava e voltava. Era umas duas, três horas por aí, eu ia catando e guardando. Chegava em casa às três horas e tinha que lavar a louça e arrumar a cama e sacudir. Todos os dias.*

**Tiago** – *É eu trabalhava na rua ali na Catedral, onde tinha no carnaval. A gente armava barraquinha, não tem. Trabalhava até não agüentar, daí ia no carro e descansava. Vendia cerveja só no carnaval e no restaurante quando estava estudando, era no sábado e domingo, final de semana. Entrava as sete e saía as onze horas. Nas férias eu trabalhava de 2ª à 6ª feira.*

**Maria** – *Só realizava o trabalho em casa. Trabalhava o tempo que chegava da escola até fazer o que tinha para fazer. De manhã, de tarde, de noite. Fazia o que tinha para fazer, todos os dias – lavar louça, limpar a casa, tudo.*

**Vanda** – *Depois que eu almoço, começo fazer estes serviços, porque eu estudo de manhã. Depois eu tenho que vir para cá. Quando eu lavo as calçadas demoro umas três horas. De noite só lavo a louça e daí varre a casa.*

**Carmem** – *Realizava trabalho em casa, ajudar a mãe. Quando eu começava arrumar a casa de manhã, de meio dia estava pronto tudo, o almoço tudo. Daí depois do almoço, até*

*as três horas da tarde. Só quando a mãe trabalhava, eu fazia todos os dias. Quando a mãe não trabalhava, ela fazia. Eu limpava a casa e fazia comida.*

**André** – *Trabalhava na praia e no centro. Como eu estudava de manhã, eu só voltava do colégio e ia. Voltava umas dez horas. Trabalhava quase todos os dias.*

**Gustavo** – *Só trabalhei uns tempos na pedreira.*

**Evandro** – *Trabalhava na construção. Trabalhava umas quatro horas. Só no fim de semana, porque estudava.*

**Lúcia** – *Em casa, lavo louça, limpo a casa, lavo roupa, cuidado dos meus irmãos. Só trabalho um pouco. Chego do PETI, porque de manhã eu me acordo e venho e quando chego em casa tomo um banho e tenho que voltar de volta. Então, eu só ajudo a mãe em algumas coisas. Ajudo todos os dias.*

Nota-se que a maioria dos trabalhos são realizados em casa e todos os dias, sendo que o tempo disponível destes adolescentes é empregado para o trabalho doméstico. Outros três adolescentes realizavam o trabalho nas ruas; um trabalhava no CEASA; um na pedreira; e um na construção. Quase todos os adolescentes trabalhavam todos os dias de três a cinco horas. É importante destacar o fato de que as próprias crianças e adolescentes não consideram as atividades realizadas no âmbito doméstico como um trabalho. Mas na realidade, é um trabalho porque exige esforço físico e desgaste destes e mesmo porque, meninas que trabalham como domésticas deixam de desfrutar da infância para assumir responsabilidades de adulto.

**4) Enquanto você trabalhava, você também estudava? Você conseguia acompanhar as aulas? Como eram suas notas?**

**R: João** – *Eu estudava à tarde. Conseguia acompanhar as aulas. Minha nota mais baixa, foi sete.*



**Antonio** – Estudava, às vezes chegava atrasado. Tirava 5, 10, 9, 8, 7.

**Paulo** – Estudava e trabalhava. Era meio difícil acompanhar, mas passava por sorte, entendeu. Comecei a passar por muita sorte, depois que eu vim pro PETI, eu já me identifiquei mais, entendeu, as aulas assim, consegui aprender mais. Minhas notas eram mais ou menos.

**Tiago** – Quando eu trabalhava também estudava e conseguia acompanhar as aulas. As notas eram normal.

**Maria** – Sempre trabalhava e estudava, só não ia na aula se estivesse morrendo. Sempre consegui acompanhar as aulas. Só no ano passado que tive uns problemas, mas isso aí já melhorou. As notas este ano estão melhor.

**Vanda** – Eu sempre estudei. Consegui também acompanhar as aulas. As minhas notas agora estão melhor, não abaixo de sete. Já foram pior.

**Carmem** - Sempre estudei. Acompanhava as aulas direitinho, sempre passava de ano, tudo certo. As notas não eram boas, boas, mas sempre passei de ano direto, nunca precisei de recuperação.

**André** – Enquanto eu trabalhava, estudava de manhã. Consequia acompanhar as aulas. As notas eram boas né, eu me esforçava bastante, não só no trabalho, mas como no colégio também.

**Gustavo** – Eu estava, mas daí depois de um tempo a mãe veio para Pinhalzinho, daí ficou lá só eu, meu pai e meu irmão, só nós três. Daí nós tivemos que parar de estudar pra da uma ajuda pra ele. Mas isso faz muito tempo. Acho que fiquei meio ano só, sem estudar. Quando trabalhava na pedreira acompanhava as aulas, só que as notas eram mais ou menos, porque eu era muito bagunceiro.

**Evandro** – Nunca deixei de estudar. Não conseguia acompanhar as aulas. As notas às vezes eram boas e às vezes não.

**Lúcia** - *Sempre estudei. Consegui sempre acompanhar as aulas. As notas eram sempre de sete anos para cima, 8, 9, 10.*

Todos os adolescentes responderam que enquanto trabalhavam, nunca deixaram de estudar. Somente um adolescente deixou de estudar por um tempo. Oito adolescentes conseguiam acompanhar as aulas enquanto trabalhavam. Dois tiveram dificuldade de acompanhar as aulas; um adolescente achava difícil; e um tinha dificuldade porque era meio desligado. As notas daqueles que conseguiam acompanhar as aulas eram boas e dos demais, eram mais ou menos.

**5) Em que série você está? Já repetiu o ano? Quantas vezes?**

**R: João** – *Eu to, faço a 1ª e 2ª série. Já repeti de ano porque meu pai tinha morrido e nós viemo embora pra cá, nós ia e voltava, ia e voltava. E o nosso estudo ficava pra lá e pra cá. Nós morava no morro da Caixa e no Zanelatto, no morro da Caixa e no Zanelatto e não parava em colégio nenhum. Repeti umas cinco vezes.*

**Antonio** – *Quarta série. Já repeti, umas cinco vezes.*

**Paulo** – *Sexta série. Já repeti, umas cinco vezes.*

**Tiago** – *Sexta série. Já repeti duas vezes, só que foi no outro colégio.*

**Maria** – *Oitava série. Já repeti uma vez na quinta.*

**Vanda** – *Sétima série. Nunca repeti de ano.*

**Carmem** – *Oitava série. Nunca repeti de ano.*

**André** – *Agora estou fazendo o supletivo porque fiquei dois anos sem estudar, né. Estou fazendo o supletivo que vai dar a 6ª e a 7ª série. Repeti duas vezes. Eu fiquei dois anos sem estudar, por causa eu vim morar aqui no Zanelato, daí eu fui para um colégio, mas era muito longe para mim e a minha me tirou do colégio. Daí ela procurou no Marista, só que*

*não tinha vaga e eu fiquei dois anos sem estudar. Neste ano é que ela conseguiu vaga para mim.*

**Gustavo** – *Quinta série. Já repeti de ano, acho que foi três vezes.*

**Evandro** – *Quinta série. Já repeti de ano, quatro vezes.*

**Lúcia** - *Na terceira e na quarta série, porque não tinha vaga no colégio. Daí o ano que passou eu entrei na 2ª série no Marista e daí passei pra cá na aceleração porque estou atrasada. Não rodei nem um ano, só que eu parei de estudar, fiquei um monte sem estudar. É que nós se mudamos de um lugar, depois outro e daí vinha para um colégio estudava um pouco e depois saía.*

As séries que os adolescentes estão cursando, ficaram assim definidas: um adolescente cursa a 1ª e a 2ª série; um faz a 3ª e a 4ª série; dois estão na 4ª série; dois fazem a 5ª série; dois estão na 6ª série; um faz a 6ª e a 7ª série; e dois estão cursando a 8ª série. Percebe-se, que somente três adolescentes estão cursando a série de acordo com a idade, os demais estão em defasagem escolar.

Deste grupo: dois repetiram o ano, uma vez; dois repetiram duas vezes; um repetiu três vezes; um repetiu quatro vezes; três repetiram cinco vezes; e três nunca repetiram o ano. A distorção entre série e idade deve-se ao fato de que os adolescentes que trabalhavam em atividades fora de casa tiveram maior número de repetência.

## **6) Você teve dificuldade de aprendizagem?**

R: **João** – *Não.*

**Antonio** – *Tenho dificuldade um monte. Matemática, português, inglês, escrever, ler.*

**Paulo** – *Cada aula hoje em dia é bem difícil, entendeu, português. Quando o cara chega com dificuldade da quinta para cima, já não é como na 4ª série, que tem só uma aula ou*

*duas, educação física, e deu. Daí é diferente, tem matemática, história, português e sempre tem esse horário para terminar e descanso. Algumas vezes tive dificuldade.*

**Tiago** – *Tive. Na 1ª série eu entrei direto, eu não sabia como era, porque o Colégio Marista é um colégio religioso, não é municipal. A prefeitura já tentou pegar aquele colégio, mas não conseguiu, é um colégio particular. O ensino é muito difícil, é rigoroso. Aí eu rodei na 5ª e na 1ª. Daí na 5ª série eu saí dali e consegui passar e agora estou na 6ª.*

**Maria** – *Só no começo deste ano, em matemática, mas agora já consegui me encaixar. Não tive dificuldade para ler e escrever e só rodei porque eu achei assim, quando saí do primário achei que agora eu era adulta. Pensei que podia fazer o que queria e fiquei brincando muito.*

**Vanda, Carmem e André** – *Responderam que nunca tiveram dificuldade.*

**Gustavo** – *Tive, muito. Acho que sou um pouco ruim em matemática.*

**Evandro** – *Tive, muito. Pegar o que o professor fala. O professor está explicando daí eu fico lá, olho para ele e penso que estou prestando atenção, mas chega na hora da prova eu esqueço tudo. Eu tenho vários problemas, familiar. Tenho dificuldade em todas as matérias.*

**Lúcia** – *Não. Antes não. Um pouco em matemática e português.*

Quatro adolescentes responderam que não tiveram dificuldade de aprendizagem. Outros quatro, apresentaram dificuldade de aprendizagem em matemática, destes, dois tiveram dificuldade também em português e em outras disciplinas. Um adolescente tem dificuldade em todas as disciplinas e dois, apresentaram dificuldade, um por achar o ensino do colégio muito difícil e o outro, por sentir dificuldade de aprendizagem depois da 4ª série.

Apesar dos adolescentes mencionarem numa questão anterior, terem conseguido acompanhar as aulas mesmo trabalhando e que as notas eram mais ou menos, percebe-se que a maioria teve dificuldade de aprendizagem em pelo menos uma disciplina.

**7) Você já deixou de freqüentar a escola?**

Somente o Gustavo, falou que já deixou de ir à escola. Os demais entrevistados responderam que nunca deixaram de freqüentar a escola. O Evandro, mencionou que sempre estudou, só não conseguia passar de ano. Dos onze adolescentes entrevistados, somente um deixou de estudar por estar trabalhando.

**8) O que você pensa do trabalho infantil? Acha certo ou errado? Por que?**

**R: João** – *Errado, quando crescer fica com algum problema. Meu padrasto começou trabalhar desde muito cedo no CEASA e agora depois de grande tem problema de coluna.*

**Antonio** – *Errado. Tem que tar na escola e não na rua.*

**Paulo** – *Infantil assim eu acho certo, entendeu. Trabalhar, eu acho errado, porque o lugar de crianças hoje em dia é no colégio. É melhor tar aprendendo do que catando latinha, porque o cara sofre muito, para catar, entendeu. Agora, hoje quando eu trabalhava e agora eu parei e estou aqui no PETI, posso me dedicar mais aos estudos.*

**Tiago** – *Muito errado. Porque eu acho que eles não deviam trabalhar, deviam investir na infância deles. Brincar, porque se eles trabalhar agora na infância deles, quando estiver na adolescência, mais adulto, não vão poder curtir. Daí na adolescência deles vão ter que trabalhar e não na infância. Eu acho isso.*

**Maria** – *Eu acho errado, mas fazer o que, se tem muitas pessoas que precisam. Eu acho errado porque, porque trabalho infantil, se é infantil é de criança, né. Lugar de criança é*

*porque sem estudo nós não somos nada. Tem mais chance de aprender, de arrumar emprego melhor e se nós for trabalhar de empresário, tem que aprender mexer no computador.*

**Paulo** – *Porque se não tem estudo, nem pode trabalhar. Arrumar um emprego bom.*

**Tiago** – *Muito, muito importante. Por causa que, este estudo vem dedicando a nossa vida. Por exemplo, se eu não consegui estudar até hoje, eu vou estudando direitinho até o 1º ou 2º grau, vou passando e consigo o que eu quiser, um serviço bom, entendeu. E aqueles que param, deixam de estudar acabam na miséria e não tem como conseguir um trabalho.*

**Maria** – *Pra quando crescer não ficar, como assim, quando a gente vai pro centro, vê gente pedindo esmola, pra não ficar num lugar como este, quando crescer. Eu acho a escola é o nosso futuro, quem não tem estudo não vai pra frente.*

**Vanda** – *Eu acho que é importante estudar, porque assim, eu quero ser uma advogada, aí como é que eu vou ser uma advogada sem estudo? Não tem como, acho que não tem como ser aqueles garis, hoje em dia sem estudo. Daí eu quero estudar bastante.*

**Carmem** – *Há, porque eu quero ter um futuro melhor, né. Como eu quero ser, estudar medicina eu acho que o estudo é bom. Que daí ta aprendendo, aprendendo tudo, a faculdade. Eu quero fazer faculdade.*

**André** – *Para mim ter um futuro na minha vida, né. Sem estudo hoje em dia a gente não é nada.*

**Gustavo** – *Pra ser alguém na vida, um dia.*

**Evandro** – *Eu acho importante, porque o estudo é tudo, quase tudo pra gente e também por causa do emprego. Agora estão pedindo até o 2º grau para carteira. Daí fica difícil sem estudo, só pega aquele trabalho pesado, mesmo.*

**Lúcia** – *Há, claro, porque sem estudo a gente não é nada na vida. Porque quando a gente quer arrumar emprego, daí não dá, porque falta o estudo.*

saúde; um, acha que a criança não sabe o que quer, o que vai ser; um, acha que é muito sofrimento para a criança; e um, acha que são muito novos para trabalhar.

Percebe-se nas falas de alguns adolescentes que o trabalho infantil não deve acontecer, que é errado criança trabalhar. Porém, para muitos a necessidade os obriga a tanto, porque quanto maior for a pobreza da família, mais cedo esta se obriga a colocar seus filhos para trabalhar, pois significa a possibilidade imediata de superar a fome.

**9) O que você acha da escola? Você gosta da maneira de como ela ensina?**

**R: João** – *Gosto da maneira que ela ensina, os professores são tudo bom.*

**Antonio** – *Legal. Gosto muito.*

**Paulo** - *A maioria das escolas, tu pode olhar assim, que tu ta num colégio é bem bonito, depois você vai para outro e vê, pó que colégio feio, mas já dá para aprender. Gosto sim de como ensina, é muito respeito, entendeu. Já dão um caderninho assim daí chega em casa e já mostra que foi para a aula, pra ter certeza. Tem mães que tem dúvidas porque um coleginho feio assim, acha que o filho vai faltar, mas não. A escola ta legal, o jeito dela pra mim está perfeito, por causa que a maioria, a maioria não, todos os professores realmente são ótimos. Vão ensinando cada coisa que a gente não vai aprendendo, eles ensinam e dão mais tempo ainda pra gente fazer a prova.*

**Tiago** – *Gosto. Muito mais melhor do que o Marista, onde eu estava estudando. Eles explicam bem mais melhor a matéria, entendeste. A matéria é mais fácil. Acho muito boa a escola.*

**Maria** – *Às vezes me dá vontade de esgana os professores, porque, porque às vezes, eles explicam dum jeito que não dá para entender nada do que eles falam. Mas daí então às vezes eles pegam a gente com calma e explicam, daí fica melhor. Ano passado eu discuti muito com a professora de inglês, daí no 1º bimestre tirei zero, no 2º tirei três e meio, no*

3º tirei nove e no 4º nove. Na recuperação tirei nove, daí já melhorei. Agora eu to gostando da maneira que a escola está ensinando.

**Vanda** – Gosto. Às vezes né, quando a gente não está de bom humor, aí não acha. Eu sempre gostei de estudar. Acho legal o jeito que ele ensina.

**Carmem** – Não. Tem muita coisa assim, que a gente pensa que não, a desculpa deles é sempre a mesma, que vai cair no vestibular. Mas eu nunca vou precisar daquelas contas, que não tem nada a ver com a vida. Não gosto de algumas coisas, mas gosto da escola.

**André** – Eu gosto do jeito que ela ensina.

**Gustavo** – Gosto. Quando eu estudava no Araucária era legal, porque não tinha assim, bagunça na sala. Só pessoas mais velhas, assim se concentrava bem.

**Evandro** – Não, eu nunca gostei de estudar.

**Lúcia** – Gosto.

Nove adolescentes gostam da maneira de como a escola ensina. Uma adolescente não gosta de algumas coisas, porque acha que não vai precisar para a vida, mas afirma gostar da escola. Somente um adolescente não gosta e nunca gostou de nenhum colégio que estudou. Para alguns adolescentes os professores são bons e explicam bem as matérias e uma adolescente reclama da maneira dos professores explicarem. Percebe-se que a maioria gosta de como a escola ensina, mesmo com todos os problemas que existe na rede escolar.

### 10) Por que é importante você estudar?

R: **João** - Acho importante, para depois ser um homem na vida. Ter juízo. Arrumar um emprego melhor, não trabalhar de carpinteiro, limpar a casa dos outros.

**Antonio** – Porque é um ensino pra nós. É um negócio pra gente aprender ler e escrever, senão eu não taria aqui lendo e escrevendo. É que estudar é muito importante pra nós,



*porque sem estudo nós não somos nada. Tem mais chance de aprender, de arrumar emprego melhor e se nós for trabalhar de empresário, tem que aprender mexer no computador.*

**Paulo** – *Porque se não tem estudo, nem pode trabalhar. Arrumar um emprego bom.*

**Tiago** – *Muito, muito importante. Por causa que, este estudo vem dedicando a nossa vida. Por exemplo, se eu não consegui estudar até hoje, eu vou estudando direitinho até o 1º ou 2º grau, vou passando e consigo o que eu quiser, um serviço bom, entendeu. E aqueles que param, deixam de estudar acabam na miséria e não tem como conseguir um trabalho.*

**Maria** – *Pra quando crescer não ficar, como assim, quando a gente vai pro centro, vê gente pedindo esmola, pra não ficar num lugar como este, quando crescer. Eu acho a escola é o nosso futuro, quem não tem estudo não vai pra frente.*

**Vanda** – *Eu acho que é importante estudar, porque assim, eu quero ser uma advogada, aí como é que eu vou ser uma advogada sem estudo? Não tem como, acho que não tem como ser aqueles garis, hoje em dia sem estudo. Daí eu quero estudar bastante.*

**Carmem** – *Há, porque eu quero ter um futuro melhor, né. Como eu quero ser, estudar medicina eu acho que o estudo é bom. Que daí tá aprendendo, aprendendo tudo, a faculdade. Eu quero fazer faculdade.*

**André** – *Para mim ter um futuro na minha vida, né. Sem estudo hoje em dia a gente não é nada.*

**Gustavo** – *Pra ser alguém na vida, um dia.*

**Evandro** – *Eu acho importante, porque o estudo é tudo, quase tudo pra gente e também por causa do emprego. Agora estão pedindo até o 2º grau para carteira. Daí fica difícil sem estudo, só pega aquele trabalho pesado, mesmo.*

**Lúcia** – *Há, claro, porque sem estudo a gente não é nada na vida. Porque quando a gente quer arrumar emprego, daí não dá, porque falta o estudo.*

Todos os adolescentes acham muito importante estudar. Sete, falaram que o estudo é importante para arrumar um bom emprego e três adolescentes falaram que vão estudar para ter um futuro melhor e um fala, que é para ser alguém na vida. Três adolescentes já mencionaram a profissão que querem para o futuro.

Nota-se que os adolescentes estão preocupados com a formação escolar. No entanto, é preciso que os governos invistam mais nas políticas de educação, porque ainda existem graves problemas decorrentes da ineficiência do sistema educacional brasileiro. A falta de qualificação faz com que a instituição escolar tende a reproduzir o processo de exclusão, pela falta de preparo para lidar com estes adolescentes.

**11) O que você entende sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil? PETI?**

**R: João** – *É bom, porque tira as crianças que ta trabalhando, ta pedindo, que tira as crianças da rua.*

**Antonio** – *É bom, porque tira a criança da rua.*

**Paulo** – *É, eu acho muito desse programa, porque eles tiram as crianças mais da rua, entendeu, botão as mães que precisam mesmo. Assim por exemplo, como crianças catando latinha, mães que não tem condição, não tem comida, coisa assim. Botaram no PETI, vivem uma vida melhor, vem o pagamento né, ganham rancho. Dá para a mãe comprar roupa e pagar algumas coisas. Mas, as mães tem que trabalhar também, né.*

**Tiago** – *Eu entendo que eles estão tentando fazer um trabalho para que as crianças e adolescentes não trabalhem, que invistam no seu futuro. Com falei, que na infância deles eles tem que brincar, que é um lazer. Tem que ganhar dinheiro para isso, para eles não poder trabalhar. Quando eles estiver na idade de trabalhar, eles vão trabalhar. Aqui eles tem lugar para a infância deles, para o lazer.*

**Maria** – *Pra mim assim, é legal pela iniciativa deles, porque eles estão fazendo uma coisa para ajudar a gente. Eu acho isso legal.*

**Vanda** – *Há, até agora eu entendi que é para tirar as crianças da rua, das drogas, pra não ter como, muita criança que roubam durante o dia. Daí eles vem aqui e vai passando o tempo, daí vai passando o tempo e vai esquecendo aquilo.*

**Carmem** – *Eu acho que foi até um pouco bom, porque as crianças que podiam estar na rua essa hora, estão aqui dentro. Isso, sei lá, mais tem gente aqui dentro que ainda fuma, então não mudou muita coisa, sabe, na vida destas pessoas. Tem gente que não vem pra cá.*

**André** – *Eu entendo que a gente vem pra cá, a gente aprende as coisas. Agora eles estão dando aquele negócio pra gente ir lá pro vôlei, a gente aprende lá e pode ser alguma coisa na vida. A gente aprende um monte de coisas aqui dentro.*

**Gustavo** – *Eu entendo que é um programa que ajuda as pessoas, assim, as famílias, que dependem de alguma coisa aqui dentro, da ajuda que eles dão aqui. Do que eles ensinaram.*

**Evandro** – *Eu entendo, não sei. O PETI, nunca me liguei, assim, eu vejo aqui, mas não sei.*

**Lúcia** – *Pra não ter muitas crianças na rua e aqui eles aprendem alguma coisa.*

A maioria, ou seja, seis adolescentes entendem que o PETI é um programa para tirar as crianças da rua. Dois adolescentes falaram que o Programa é para tirar a criança e o adolescente do trabalho. Três adolescentes acham que o Programa é para ajudar financeiramente as famílias. Dois acham que previne as crianças do problema das drogas e um adolescente não sabe o que é o PETI. Percebe-se nas falas dos adolescentes que de uma maneira geral, eles pouco ou nada sabem sobre o programa.

## 12) O que mudou na sua vida depois que foi inserido (a) no PETI?

**R: João** – *Porque antes eu queria ficar só na rua, né. Saía jogar bola e só voltava de noite. Agora não, depois que eu entrei no PETI, não penso mais, eu venho aqui e jogo bola e de tarde volto para a escola.*

**Antonio** – *Eu venho aqui no PETI jogar bola, brincar, não fico mais na rua.*

**Paulo** – *Nesse trabalho que o PETI faz direto, para mim é como eu dou os parabéns, porque se não existisse isso, até hoje eu taria ainda catando latinha e graças ao PETI, hoje eu estou melhor.*

**Tiago** – *No começo quando eu comecei vir para cá, mudou um pouco sim, tinha mais coisa para eu fazer, não tem. Mas agora eu acho normal, eu me ocupo com jiu-jitsu, futebol, me ocupo a semana inteira, só na sexta que não. Eu faço também judô. Aqui foi uma porta para eu começar fazer outras coisas.*

**Maria** – *Eu aprendi jogar futebol. Mudou bastante, porque meu desenvolvimento no colégio melhorou bastante, 95%. Em casa também a relação com minha mãe e meus irmãos, tá melhor. Aprendi expressar melhor meus sentimentos.*

**Vanda** – *Há, mudou sim. Eu ficava só na rua. Às vezes eu ficava só na rua com minha irmã, pra quadra jogando bola e daí pra casa. O estudo melhorou.*

**Carmem** – *Há, eu nunca mais vi minhas amigas. (Risos). Mudou um pouco, eu não me sinto mais uma pessoa normal, que nem minha mãe diz. Porque antes quando eu não tinha nada pra fazer à tarde, eu tinha minhas amigas. Não precisava vir para cá a pé, ou ter que pegar o ônibus, ou vir a pé do colégio até aqui. Então, não é tão bom assim.*

**André** – *Eu parei de ficar brincando nas ruas, né. Eu ficava brincando aí pelas ruas às vezes fazendo coisas erradas. Eu ficava fazendo um monte de besteiras e agora não faço. Ficava brincando aí pelas ruas. Agora eu venho pra cá, de manhã ajudo minha irmã em casa, de tarde eu venho pro PETI e a noite vou pro colégio.*

**Gustavo** – *Mudou. Porque daí agora, eu em vez de estar na rua fazendo assim, alguma coisa errada né, daí eu tou aqui brincando. Vale a pena. Esse dinheiro que eles dão aqui, também ajuda a família.*

**Evandro** – *Não mudou nada.*

**Lúcia** – *Mudou. Eu gosto de vir pro PETI, porque a gente arruma amiga, amizade. A gente aprende várias coisas também. A Bolsa ajudou minha mãe também, porque ela estava apertada, ajudou nas compras, ajudou muito.*

Seis adolescentes falam que mudou a vida, porque não ficam mais nas ruas, onde passavam a maior parte do tempo, segundo alguns deles, fazendo coisas erradas. Um adolescente fala que graças ao PETI, hoje ele não está mais catando latinhas. Dois adolescentes falam que melhoraram no estudo e na relação familiar. Para alguns adolescentes, a vida mudou, porque agora podem brincar, fazer amizade e jogar futebol e para um adolescente, a vida não mudou em nada.

### **13) Se você não estivesse inserido (a) no PETI, você estaria estudando?**

**R: João** – *Estaria, porque minha mãe não é a me deixar ficar sem estudar.*

**Antonio** – *Não estava estudando.*

**Paulo** – *Realmente, se eu não estivesse no PETI, eu estaria ainda catando latinha pra sobreviver, entendeu. Ajudar minha mãe e o máximo que eu ganhava, era cinco reais por dia, não dava pra nada. Comprava leite e pão e deu, a única coisa que dava. E fora do PETI, o cara vai cata, não vai se dedica muito ao estudo. Porque, por exemplo, tem prova amanhã, o cara não vai ter tempo pra estudar pra prova, vai, faz a prova errada, tira um zero e deu, daí graças ao PETI, ao governo. Se eu não estivesse no PETI, eu estaria catando latinha, trabalhando.*

**Tiago** – *Eu acho que sim.*

**Maria** – *Eu acho que estaria. Estaria porque eu já falei pra minha mãe que eu não quero parar de estudar tão cedo, só quando eu acabar os estudos.*

**Vanda** – *Estaria, com certeza.*

**Carmem** – *Estaria.*

**André** – *Agora não. Por causa que, de tarde não. Eu só estaria estudando de noite e agora estaria na rua brincando.*

**Gustavo** – *Estaria né. Estaria a mesma coisa. Agora não estou estudando porque o colégio é muito longe, mas minha mãe está procurando um colégio. Pretendo voltar.*

**Evandro** – *Não.*

**Lúcia** – *Estaria, né..*

Para sete adolescentes, eles estariam estudando mesmo que não estivessem inseridos no PETI. Um adolescente, acha que estaria estudando. Três, responderam que não estariam estudando, destes, um adolescente fala que não estaria estudando porque estaria trabalhando (catando latinha). Um, respondeu que estaria estudando à noite e que no horário do PETI, estaria brincando. Percebe-se que o repasse da Bolsa Criança-Cidadã faz a diferença, pois para alguns adolescentes ela garante a permanência na escola.

**14) O que você acha da Jornada Ampliada? Você gosta de participar dela ou só frequenta porque é obrigado?**

R: **João** – *Gosto de participar, porque gosto de jogar futebol, gosto de brincar no computador.*

**Antonio** – *É legal. É bom. Eu venho porque gosto.*

**Paulo** – *Eu gosto muito. Porque isso aí já ensina capoeira, já ensinam um tipo de esporte também, não é? Esporte que tem aqui, futebol, vôlei, piscina, tudo, música, o cara pode tocar e ser alguém na vida ainda. Computação, o cara pode se formar e ainda mais*

*quando o cara estuda de manhã, vir de tarde no PETI e ainda fazer curso de noite aqui no PETI. Todas as aulas que tem, são bem dedicadas, com muito carinho dos professores. Os professores estão sempre em cima da gente dizendo isso está certo, isso está não está certo. Ó fulano, não estou te obrigando a pegar este tipo de aula, não estou te obrigando a jogar futebol, faz o que tu quiser. Mas se o cara aprender, vai ter uma vida melhor.*

**Tiago** – *Quando eu participava gostava de alguns professores, mas de alguns não. Mas a gente não pode fazer tudo o que gosta, tem que fazer o ruim e o bom. Aí era bom, né, eu gostava de fazer a jornada ampliada. Hoje não participo mais na Cidade da Criança, porque pratico os esportes fora.*

**Maria** – *Eu venho porque eu gosto e porque é obrigado. Minha mãe não deixa eu faltar e quando ela não deixa eu vir, eu fico chorando em casa. Eu gosto.*

**Vanda** – *Não, obrigada não. Eu venho, até faltei uma semana toda que eu estava em casa estudando. Daí eu faltei uma semana. Eu gosto de vir pra cá, porque eu gosto de jogar futebol, daí eu venho aqui e jogo.*

**Carmem** – *Hum, às vezes a mãe manda eu vir quando eu não quero vir, eu faço questão de vir. Eu gosto, só não gosto de andar até aqui.*

**André** – *Eu gosto de vir pra cá, eu quase nunca falto, só falto quando fico doente.*

**Gustavo** – *Eu gosto de participar das aulas. Mas não de todas, né. Eu me encarno muito mesmo em futebol. De futebol é o que eu mais gosto. Eu gosto mesmo.*

**Evandro** – *Porque sou obrigado.*

**Lúcia** – *Eu gosto de vir.*

Nas falas dos entrevistados, algo em comum chamou a atenção: o fato de gostarem de participar da jornada ampliada e de praticar esporte. Quatro adolescentes gostam principalmente de jogar futebol e apenas um adolescente freqüenta a jornada ampliada porque é obrigado. Percebe-se, que o objetivo da jornada ampliada está sendo

concretizada, uma vez que, este espaço é para a inserção de crianças e adolescentes participarem das ações realizadas com professores capacitados para aplicar o reforço escolar e desenvolver atividades educativas, esportivas e culturais.

### **15) O que você espera do futuro?**

**R: João** – *Eu quando crescer, se Deus me ajudar quero ser um jogador de futebol. Eu penso também no meu estudo.*

**Antonio** – *Eu quero ser policial. Eu tenho que estudar para isso.*

**Paulo** – *Eu espero do futuro assim, eu queria pra mim, me matricular, fazer curso a noite aqui, tudo, daí quero ter minha mulher. Primeiro vou trabalhar, né, o dinheiro por exemplo, se eu ganhar quinhentos contos, depois que tiver dezesseis anos e não estiver mais aqui. Daí eu já estou começando minha vida, já vou arrumar um emprego, daí eu vou dividindo, por exemplo, se eu ganhar quinhentos, trezentos já vou dar pra minha mãe fazer o rancho, tudo, e duzentos vou guardar pra mim, quando eu crescer, fazer minha casa e viver minha vida. Vou estudar bastante, fazer faculdade e tudo, quero fazer porque se eu não fizer isso, eu vou ficar na rua.*

**Tiago** – *Um Brasil menos violento, né. Que tenha mais trabalho. Que nem o Lula está falando, que ele vai acabar com a fome e com o desemprego, eu acho que ele não vai conseguir assim. Pode ser que ele melhore um pouco, mas acabar, eu acho que ele não consegue, é muita gente com fome. Ele não consegue. Pra ele terminar com a fome ele precisa gerar emprego, pra gerar emprego ele tem que construir alguma coisa e quando constrói, tem que desmatar algum pedaço do Brasil, entendeste. Alguma coisa assim. Tem que fazer uma construção para poder empregar pedreiro que está desempregado, e para isso vai ter que desmatar alguma coisa. Para mim, eu espero que eu estude, me forme, complete meu estudo e tenha um trabalho bom.*



**Maria** – *Eu espero assim, ser uma advogada, respeitada na comunidade e na sociedade. Que eu possa ter um futuro digno e ajudar minha mãe bastante.*

**Vanda** – *Eu espero trabalhar na medicina. O que eu mais sonho é estudar medicina.*

**Carmem** – *Eu quero me formar, né. Quero ter minha casa, sei lá, muita coisa, muitas, muitas coisas. Emprego. Eu estava pensando ser atriz, minha mãe diz um monte de coisas. Meu pai diz que eu sou boa pra ser atriz, porque sou bem chorona. O pai quer que eu seja médica, o sonho dele é que eu fosse médica. Ele teve todos os estudos dele e o meu avô não quis pagar o último estudo. Ele diz que se for preciso, nós moramos na rua, ele vende a casa para pagar o estudo de todos nós.*

**André** – *Eu espero que seja bom, né. A violência está aumentando muito, o desemprego também, por isso eu quero estudar bastante pra ver se eu consigo um emprego bom quando eu crescer.*

**Gustavo** – *Ser alguém. Estudando bastante.*

**Evandro** – *Ter uma nova família, porque na verdade eu não moro com minha família. Eu moro no abrigo, na Casa Lar de menores. Eu quero constituir uma nova família, a família que eu tenho não queria voltar mais. O que eu mais quero, é constituir uma nova família.*

**Lúcia** – *Várias coisas (risos). Quando eu crescer, quero trabalhar. Na minha idade eu queria trabalhar, só que daí eu venho pro PETI. Quero estudar bastante, me formar e ser advogada.*

Em relação ao futuro, a maioria dos adolescentes manifestou o desejo de querer uma vida melhor, seja pela profissão escolhida ou mesmo pelo interesse de estudar muito e se formar. Um adolescente quer ser jogador de futebol; um, quer ser policial; duas adolescentes querem ser advogadas; uma; quer ser médica; uma, pensa ser atriz. Para um adolescente a coisa mais importante para o futuro, é constituir uma nova família.

É interessante ressaltar que, as quatro adolescentes do sexo feminino já tem escolhido a profissão para o futuro, enquanto, os adolescentes do sexo masculino falam em estudar, mas só dois já escolheram a profissão.

### 3.4 Análise dos dados pesquisados

Quando o assunto é “trabalho infantil”, surge logo a idéia de que seria somente aquele trabalho braçal ou pesado, o qual as crianças e os adolescentes seriam obrigados a realizar. Mas, o trabalho infantil, é todo aquele trabalho em que a criança e/ou adolescente realiza e tem como causa principal, a situação de extrema pobreza em que vivem as famílias, e como consequência, a não freqüência à escola.

No Brasil, o trabalho infantil reflete uma forma específica de arranjo familiar em que as crianças e os adolescentes trabalham para conseguir sobreviver e geralmente o fazem com prejuízo escolar. A criança e /ou adolescente, por necessidade e solidariedade com a família, ingressam no trabalho quase que no mesmo tempo que na escola, mas lentamente, a combinação de ambos fica inviabilizada. A escola fica em segundo lugar e por volta dos quatorze anos, o trabalho se impõe como alternativa mais possível a ser seguida tendo um retorno imediato e, assim o adolescente se desenvolve vendo suas perspectivas limitadas pela baixa escolaridade e qualificação profissional.

Infelizmente, para um grande número de crianças e adolescentes, devido a pobreza familiar, não existe outra alternativa que não seja o ingresso precoce no mundo do trabalho. Pode-se considerar trabalho também aquela atividade doméstica em que muito cedo as crianças e/ou adolescentes começam realizar e, que a família não considera trabalho, mesmo que exija esforço de quem a exerce.

Para muitos adolescentes entrevistados, todo o tempo disponível, ou seja, o tempo que ele não está na escola ou na jornada ampliada, ele se ocupa nos trabalhos domésticos. Para eles, a brincadeira e o lazer se restringem nas poucas horas em que participam da jornada ampliada e mesmo assim, para muitos que fazem o reforço escolar neste período, pouco tempo sobra para brincar. No entanto, as brincadeiras na infância possuem um papel muito maior do que a busca do prazer e diversão.

Quando o adolescente trabalha, mesmo em atividades domésticas, dificilmente tem condições de acompanhar as aulas e ter um bom rendimento escolar. Nota-se que no depoimento da maioria dos adolescentes, estes mencionaram que conseguiram acompanhar as aulas. Porém, pelo número de reprovações e pelas dificuldades de aprendizagem, ficou claro que a defasagem escolar é muito grande.

Outro fator pressuposto que pode contribuir para as dificuldades no rendimento escolar dos adolescentes, refere-se aos conflitos de relacionamento familiar, especialmente se for analisada a situação dos alunos de camadas populares. Para alguns estudiosos, os conflitos familiares perturbam o desempenho escolar dos adolescentes, por serem famílias cuja união não são duradouras, ou nem mesmo há união conjugal, onde a renda familiar não é fixa, pela desqualificação profissional e são famílias que não tem acesso aos serviços públicos de educação, saúde e lazer. Há também, os conflitos advindos de problemas econômicos, de alcoolismo, drogas e da violência e criminalidade.

Sabe-se que as políticas sociais que estão ligadas à educação têm como meta a qualidade de ensino, porém, não existe investimento no contexto de vida do aluno. É impossível cobrar do aluno um desempenho satisfatório, se não existir uma preocupação em detectar quais os motivos que levam vários alunos a sofrerem constantes dificuldades no rendimento escolar. Se o aluno está tenso, ansioso, perturbado emocionalmente por

qualquer tipo de problema, com certeza apresentará baixo nível de concentração, dificultando sua integração no ambiente escolar.

Frente aos problemas de aprendizagem escolar, a contribuição do Assistente Social é muito importante, porque o Serviço Social tem a incumbência de enfrentamento das questões sociais que se apresentam, como por exemplo, sob as formas de evasão escolar, repetência, dificuldade e desmotivação escolar, entre outros. Para se investir na produção escolar de um adolescente, em especial com aqueles que tem menor possibilidade econômica, é preciso uma maior participação da esfera social e com a participação efetiva também da sociedade.

Verifica-se que a distorção entre série e idade apresentadas, deu-se principalmente com os adolescentes que exerciam trabalho fora de casa. Embora em alguns casos o trabalho infantil não impossibilita o aluno de freqüentar a escola, sabe-se que a duração da jornada de trabalho aliada ao estudo, torna muito difícil um aproveitamento escolar razoável, e acaba tendo conseqüências negativas para a formação do aluno. É relevante afirmar que o trabalho e a educação são duas realidades distintas que se completam, desde que respeitados os limites estabelecidos.

Em relação aos dados da pesquisa, quando todos os adolescentes afirmam gostar da maneira como a escola ensina, é necessário destacar que a escola deve ser formativa, oferecendo cultura e formação para a vida, contribuindo para promover a participação do indivíduo nas esferas econômica e social. Segundo o Manual do PETI: "A educação para a cidadania deve ser o eixo central de todo o trabalho desenvolvido".

Para garantir o acesso e a permanência com sucesso de todas as crianças e adolescentes na escola, é necessário e fundamental garantir recursos materiais às famílias pobres, como: transporte; isenção de cobrança de taxas; bolsa-auxílio para evitar a evasão

para o trabalho precoce. Também é preciso que haja alteração no funcionamento e conteúdos da escola pública e ampliação do seu atendimento.

As escolas devem adequar seu calendário escolar às necessidades das crianças e suas famílias, proporcionar atendimento de saúde e nutrição aos seus alunos. Para isso, é necessário recursos para proporcionar uma educação que contribua para a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes, pois mesmo sendo esta uma exigência, as pesquisas mostram que 70% das prefeituras brasileiras não aplicam os 25% da receita dos impostos, no ensino.

Além do acesso e a garantia de recursos para a permanência das crianças e adolescentes na escola é fundamental investir no principal agente do processo de ensino, o professor. Investimento ao professor, com remuneração digna, com plano de carreira, concursos públicos e o aperfeiçoamento profissional permanente. A formação permanente do professor implica em prepara-lo para os conteúdos e metodologias adequadas e necessárias à realidade dos alunos. Ou seja, não bastam os conteúdos, é preciso que o professor aperfeiçoe a forma de ensinar, facilitando o entendimento dos alunos. Enfim, o professor que age dentro do bom senso, deve considerar as condições familiares, sociais, culturais e econômicas de seus alunos, especialmente daqueles inseridos no PETI e que merecem especial atenção.

Durante a pesquisa observou-se que os adolescentes pouco sabem sobre o PETI, mas afirmam que após serem inseridos no Programa ocorreram algumas mudanças positivas em suas vidas. Certamente esta falta de informação às famílias referente ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no CIACAF se dá por falta de recursos humanos, pois a equipe multidisciplinar possui poucos profissionais. Atualmente está composta de duas Assistentes Sociais e duas Psicólogas, sendo que o número de

profissionais está longe de ser o ideal. Nunca se conseguirá atender a todas as famílias do programa da forma que seria necessária, enquanto não aumentar o número de profissionais.

Sabe-se que o resultado positivo do programa depende do trabalho que deve ser realizado junto às famílias e à escola, no intuito da conscientização da importância do estudo, pois como foi visto nas entrevistas, metade dos adolescentes não estariam estudando se não estivessem inseridos no PETI.

Outra dificuldade que o programa encontra diz respeito ao espaço físico, no qual a sala é muito pequena, não permitindo que se realize um trabalho de qualidade. Faltam recursos materiais, como: computadores; carro para a realização de visitas e atendimentos domiciliares; auxílio alimentos, devido à burocracia existente; materiais didáticos e esportivos para a jornada ampliada. Cabe lembrar também que o atraso da Bolsa Criança-Cidadã, requer dos profissionais atuantes no programa, criatividade para lidar com a impaciência das famílias. Percebe-se pois, que a grande maioria das famílias dependem do repasse da Bolsa para se manterem.

Verificou-se junto aos adolescentes o desejo de querer uma vida melhor para o futuro, por meio de uma boa profissão. Da mesma forma, percebeu-se entre os entrevistados o interesse de estudar muito e de se formar. Mas como já foi citado, que grande número das famílias que estão inseridas no PETI dependem do dinheiro da Bolsa para sobreviver, porque a maioria destas famílias se encontra desempregada. Diante deste contexto, surge o seguinte questionamento: Como é que ficam os sonhos destes adolescentes?

O Manual de Orientação do PETI fala que o trabalho realizado deve ser direcionado ao grupo familiar, desenvolvendo serviços e programas que visem assegurar a proteção e o desenvolvimento das crianças e adolescentes, bem como sua permanência fora do mercado de trabalho. Entre os programas que deveriam ser desenvolvidos, encontra-se o

de geração de trabalho e renda, que infelizmente não existe por falta de recursos humanos, financeiros e principalmente por falta de políticas públicas, entre outros.

Para os adolescentes que sonham com um futuro melhor, é urgente a criação de projetos profissionalizantes para a inserção no mercado de trabalho, considerando que quando os adolescentes completarem dezesseis anos serão desligados do PETI. Portanto, o que acontecerá com seus sonhos? Provavelmente não estarão trabalhando e muito menos estudando, e os sonhos não mais existirão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta monografia conseguiu-se ao longo do texto, refletir sobre a história do trabalho infantil, uma questão social que mobilizou a sociedade durante décadas. O trabalho infantil tornou-se uma preocupação mundial em que organismos internacionais como a OIT, começam intervir para que haja modificações diante desta questão, com o objetivo de erradicar o trabalho infantil.

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federativa de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, tem início a luta em prol da eliminação do trabalho infantil e principalmente da idade mínima para começar trabalhar.

Nessa trajetória de lutas, surgiu o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, para atender a todos os Estados da Federação. O Programa PETI, foi implantado no município de São José, onde a demanda existente é muito grande e diversificada, tornando o trabalho de certa maneira fragmentado e focalizado, uma vez que a demanda reprimida equivale aproximadamente a 200 (duzentas) famílias. Sabe-se no entanto, que o programa é destinado para todas as famílias que tenham filhos de sete a quinze anos de idade trabalhando e, cuja renda per capita é de até meio salário mínimo.

Percebe-se que a equipe de profissionais que trabalham junto ao programa se sente de mãos amarradas, pois as famílias que ali chegam se encontram numa situação crítica, que não conseguem mais superar sozinhas seus problemas. Não basta então, neste momento, tirar as crianças do trabalho para resolver o problema da família, mas é necessário um trabalho muito mais amplo, ou seja, os problemas da família precisam ser analisados dentro de uma perspectiva de totalidade.

O trabalho do profissional do Serviço Social nesta hora é essencial e necessário, porque cabe ao Assistente Social analisar, encaminhar, conscientizar e principalmente



informar ao usuário que muitos dos “benefícios” que são repassados pelo Estado não são doações, mas direitos dos cidadãos. O Assistente Social deverá atuar com segurança e determinação frente aos graves problemas sociais, onde a assistência social não deverá ser confundida com assistencialismo, prática fragmentada e focalista, mas compreendida no seu sentido total.

O trabalho do profissional se faz necessário também no acompanhamento às crianças e/ou adolescentes, no sentido da exigência na frequência escolar e na jornada ampliada. A evasão escolar acontece por falta de perspectiva das famílias e principalmente pela falta de conscientização da importância de estudar. Este é um aspecto negativo evidenciado no programa, onde a equipe técnica é insuficiente para realizar um trabalho produtivo junto ao número elevado de famílias que necessitam de acompanhamento sistemático.

Acredita-se que o caminho na perspectiva de um futuro melhor para essas crianças e adolescentes seja o investimento em escolarização, pois só assim estes terão chances para a colocação no mercado de trabalho futuramente.

Observou-se durante a pesquisa, que o fato dos adolescentes serem indagados sobre o trabalho infantil, a jornada ampliada e principalmente sobre a escola, proporcionou uma reflexão, no sentido dos mesmos se avaliarem e refletirem sobre o assunto.

Além disso, a pesquisa também proporcionou identificar que mesmo trabalhando os adolescentes entrevistados responderam que conseguiam acompanhar as aulas e tirar notas boas. Porém, a mesma pesquisa verificou que a maioria se encontra em defasagem escolar. Sendo assim, pode-se afirmar que alguma coisa está falha: ou existem problemas de ordem familiar ou a escola não está sendo criativa o suficiente.

Verificou-se que de um modo geral, os adolescentes depois de serem inseridos no programa do PETI, melhoraram tanto no rendimento escolar, quanto na relação familiar ou pessoal, e isto conta como ponto positivo para o Programa.

Por fim, a questão em relação ao futuro, deixou muito claro o desejo dos adolescentes de *querer ter um bom emprego* ou a realização de se formar e ter uma profissão. Certamente, se não se pensar e investir em políticas públicas no sentido de geração de emprego e renda para as famílias e projetos profissionalizantes para os adolescentes, provavelmente poucos destes adolescentes conseguirão completar o segundo grau.

Por fim, é preciso salientar que esta pesquisa não está pretendendo apresentar uma análise pessimista da situação dos adolescentes inseridos no PETI, mas contribuir para a discussão e surgimento de propostas, com o compromisso social no sentido de se priorizar projetos profissionalizantes e de emprego e renda às famílias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ✕ COLUCCI, Viviane [et all]. **A Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção do Adolescente no Trabalho**. Florianópolis, Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho/SC 1999, 24 p.
- ✕ BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- ✕ BRASIL. **Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Plano de Ação**. Brasília: mimeo, 1998.
- ✕ CARDOSO, Margarida Munguba. O cenário do Trabalho de Crianças e Adolescentes no Brasil: **Uma realidade Histórica**. Seminário da Região Sul, Proteção Integral para Crianças e Adolescentes. Florianópolis/SC. 2000.
- ✕ CERVINI, Ruben & BURGER, Freda. O Menino Trabalhador no Brasil Urbano dos anos 80. In: **O trabalho e a Rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. 2ed. São Paulo. Cortez, 1996.
- ✕ COLUCCI, Viviane. **A Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção ao Trabalho do Adolescente**. Caderno 1. Florianópolis: Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho/SC, 1997.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **A Família como Questão Social no Brasil**. In: **Família Brasileira, a base de tudo/ Silvio Manong Kaloustian (organizador)**. São Paulo: Cortez; Brasília/DF. UNICEF, 1994.
- ✕ CUSTÓDIO, André Viana. **O Trabalho da Criança e do Adolescente no Brasil: Uma Análise de sua Dimensão Sócio-Jurídica**. Dissertação do Curso de Pós-Graduação em Direito-UFSC, 2002-1.
- DUTRA, Márcia Aparecida. **Conflitos Familiares como fator agravante para as dificuldades no Aproveitamento Escolar: Um Estudo com adolescentes atendidos no Programa de Atenção Integral à Saúde do adolescente**.
- ✕ **Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 80690 de 13 julho de 1990**.
- FERRARI, Mário & KALOUSTIAN, Silvio Manong. A Importância da Família. In: **Família Brasileira, a base de tudo/ Silvio Manong Kaloustian (organizador)** – São Paulo: Cortez; Brasília,DF: UNICEF, 1994.
- FILHO, Antônio Carlos Ribeiro. **Impacto das Condições de Vida na Saúde de Crianças e Adolescentes**. In: Seminário da Região Sul, Proteção Integral para Crianças e Adolescentes. Florianópolis/SC. 2000.
- FUNDAÇÃO DJALMA GUIMARÃES/CBMM. Oficina de Idéias. Relatório 3: **10 Medidas Básicas para a Vida e Cidadania da Infância Brasileira**. Cap1.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 3 ed. São Paulo: Cortes, 2000.

**Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8742 de 07 de Dezembro de 1993.

✕ **MANUAL OPERACIONAL DO PETI, 1999. Ministério da Previdência e Assistência Social**. Brasília, Distrito Federal.

✕ **MANUAL OPERACIONAL DO PETI, 2000. Ministério da Previdência e Assistência Social**. Brasília, Distrito Federal.

✕ **MANUAL DE ORIENTAÇÕES DO PETI, 2002. Ministério da Previdência e Assistência Social**, Brasília. 1ª Edição, maio de 2002.

✕ **MORAES, Milda Palla. Programa de Erradicação do trabalho Infantil - PETI**. In: Seminário da Região Sul, Proteção Integral para Crianças e Adolescentes – Florianópolis/SC, 2000.

✕ **M.T.E. – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Proteção Integral para Crianças e Adolescentes, Fiscalização do Trabalho, Saúde e Aprendizagem**. Florianópolis. 18ed. 2000. 128p.

✕ **NEVES, Delma Pessanha. A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói: Intertexto. 1999. 241p.

**OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. Assistência Social: do discurso do Estado à prática do Serviço Social**. 2ed. Florianópolis: Ed da UFSC. 1996.

**Programa Centro Integrado**. Elaborado pela equipe técnica do Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família “Cidade da Criança”. São José, 2002.

**PEREIRA, Irandir e Outros. Trabalho do Adolescente. Mitos e Dilemas**. Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP. São Paulo. 1994, pág. 19.

**RIBEIRO, Maria Salete. A questão da família na atualidade**. Florianópolis/SC: Ioesc, 1999.

✕ **SANTOS, Glauber Maciel dos. Trabalho Infantil no Brasil**. In: **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Proteção Integral para Crianças e Adolescentes. Fiscalização do Trabalho, Saúde e Aprendizagem**. Florianópolis/SC: DRT. 2000. pág.07.

**SANTOS, Rúbia dos. O Trabalho Infantil: uma realidade que não pode ser analisada fora do contexto familiar**. Revista Katalysis. V 5, nº1. Florianópolis/SC Ed. da UFSC, 2002.

✕ **SCHAWARTZMAN, Simon. Trabalhador Infantil no Brasil**. Brasília: OIT. 2001.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **Adultização da Infância. O cotidiano das crianças trabalhadoras no mercado.** Ver-o-peso, em Belém do Pará. In: Revista Serviço Social & Sociedade; nº 69; ano XXIII. Editora Cortez. São Paulo. 2002.

SOUZA, Marli Palma. **Crianças e Adolescentes: absoluta prioridade?** In: Revista Katalysis, nº2. UFSC. Florianópolis, 1998.

SZYMANSKI, Heloísa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafio de um mundo de mudanças.** Revista Serviço Social & Sociedade Famílias. Cortez, Ano XXIII, nº 71, São Paulo. 2002. pág. 09.

\***TRABALHO PRECOCE: Saúde em Risco**, 2000. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília. 2000.

VIDAL, Lorena Vieira. **O Atendimento ao Adolescente nos Programas de PSC: uma relação de Presença, Diálogo e Educação.** Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC/2003.1.